

Nosso trabalho tem valor!
Mulher e Agricultura Familiar



Artigos
do corpo

Nosso trabalho tem valor!
Mulher e Agricultura Familiar



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

Esta publicação é uma versão, em novo formato, do Livro Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar, de autoria de Ana Paula Portella, Carmen Silva e Simone Ferreira, publicado pelo SOS CORPO em 2004. Este caderno foi elaborado por Carmen Silva, Maria Betânia Ávila e Verônica Ferreira.



04

Pra início de conversa...

Maria Betania Ávila, Margarida Pereira da Silva e Vanete Almeida



07

Nosso trabalho tem valor!



13

Trabalhadoras rurais e pesquisadoras



21

Como é a vida nesses povoados?



37

Os sentidos de agricultura familiar



41

Agricultura familiar: tensões e perspectivas



47

Problemas das mulheres na agricultura familiar

A presença das mulheres
nos movimentos sociais

53



Como provar os anos de capina...
e todo aquele trabalho em casa?

59



Sem hora pra acabar: a jornada
contínua de trabalho das mulheres

65



Divisão do trabalho entre homens e mulheres:
uma situação injusta e desigual

69



Trabalho das mulheres: sem tempo para a vida

89



Planejar o trabalho e compartilhar o poder

José Aldo dos Santos

95



Pra início de conversa...

“Quem não mora conhece parte, mas não sabe do todo”

(Nazaré Flor)

A publicação deste caderno encerra mais um processo de construção coletiva entre sujeitos do movimento de mulheres a partir de um sentido comum: visibilizar o trabalho das mulheres no contexto da agricultura familiar. O Movimento da Mulher Trabalhador Rural – MMTR/NE e o SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia, ao assumirem conjuntamente esta tarefa, se fortalecem mutuamente ao associar seus esforços na produção do conhecimento sobre o trabalho das mulheres rurais, do ponto de vista da produção e da reprodução.

Transformar as relações de desigualdade entre homens e mulheres, construídas por diversas dimensões da vida, estruturais e simbólicas, é o horizonte da ação do SOS CORPO e MMTR-NE e o objetivo último das ações que desenvolvem, dentre as quais esta pesquisa se insere. Pois partilhamos da compreensão de que a capacidade de analisar a realidade social e se posicionar criticamente frente a ela é uma dimensão indispensável do processo de transformação social.

É assim que, na dialética da transformação social, os sujeitos, a partir de sua experiência, questionam as estruturas que reproduzem a desigualdade, refletindo e re-significando seu próprio cotidiano. No caso da agricultura familiar, pudemos analisar um modelo que tem se colocado como alternativa frente à agricultura patronal, mas que, no entanto, reproduz dimensões de desigualdade entre homens e mulheres nas relações sociais e familiares, com reflexos diretos sobre a divisão e a valorização desigual do trabalho. Colocar em xeque o patriarcado e o capitalismo e seus mecanismos de reprodução é uma tarefa difícil e, no caso da agricultura familiar, mostrou-se desafiante.

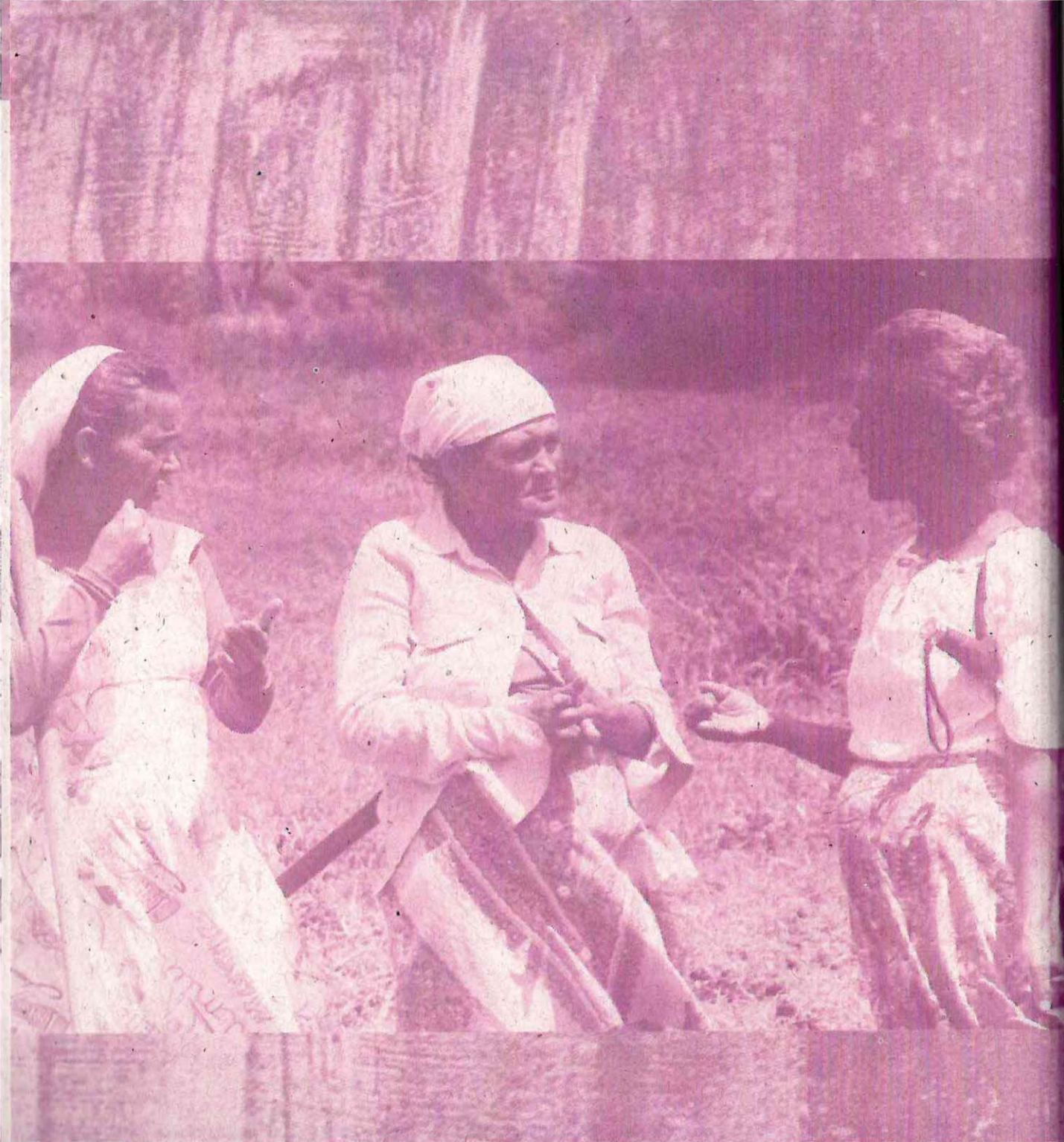
Ao desafio da construção coletiva do conhecimento, soma-se o de sua socialização entre os diversos sujeitos sociais que, por sua vez, seguem nesta construção. O objetivo deste caderno é, portanto, apresentar às mulheres e homens do meio rural e sujeitos do processo de pesquisa os seus resultados, em um material que possa ser utilizado como instrumento do trabalho educativo e político pelo movimento de trabalhadoras rurais e demais movimentos e organizações que atuam sobre a questão da agricultura familiar.

Desejamos a todas(os) uma boa e frutífera leitura!

Maria Betania Ávila SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia

Margarida Pereira da Silva Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – MMTR/NE

Vanete Almeida Rede de Mulheres Rurais da América Latina e Caribe – REDELAC /
Movimento da Mulher Trabalhadora Rural – Sertão Central - PE



Nosso trabalho tem valor!

A mulher vai à roça todo dia,
volta meio-dia para o almoço preparar;
à tarde, volta novamente ao seu roçado,
lembrando o gado e o preparo do jantar.

Nazaré Flor

Este caderno é o segundo fruto da pesquisa *Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar*, desenvolvida pelo SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia e pelo Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – MMTR-NE, no período de 2001 a 2003. O primeiro foi um livro, publicado em 2004, que traz todos os detalhes do processo de pesquisa e os resultados obtidos. Aqui pretendemos trazer uma síntese de tudo isso, mais apropriada ao trabalho educativo e de divulgação entre trabalhadores e trabalhadoras rurais que estão na linha de frente das lutas no campo.

Com aquela pesquisa, procuramos produzir conhecimento capaz de responder a um dos principais problemas colocados pelo feminismo e pelas trabalhadoras: a falta de dados e de reflexão sobre a realidade do trabalho das mulheres na área rural. Esta era uma tarefa fundamental do MMTR-NE: entender sua realidade e criar condições para seu enfrentamento. Por essas razões, a pesquisa-ação nos pareceu a metodologia adequada para alcançar nossos objetivos, já que permite uma aproximação do problema com

fundamento em realidades concretas e limitadas, ao mesmo tempo que permite a construção de um novo olhar por parte do Movimento, em função de sua participação ativa na pesquisa.

Realizamos a pesquisa em sete localidades rurais de sete municípios do Nordeste, nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Bahia. As pesquisadoras de campo foram trabalhadoras rurais, participantes do MMTR-NE. Além delas, contamos também, nas oficinas e em trabalhos de supervisão, com outras trabalhadoras da coordenação e assessoria do MMTR-NE e do MMTR-Sertão Central: Margarida Pereira da Silva (Hilda), Auxiliadora Cabral, Lúcia Maria de Lira e Silva, Maria José da Silva (Zezé) e Vanete Almeida.

A capacidade de analisar a realidade social e se posicionar criticamente frente a ela é uma dimensão indispensável do processo de transformação social. É nessa lógica que a pesquisa se insere. É a partir dela que desenvolvemos a metodologia de pesquisa-ação, que possibilita uma relação de reconhecimento e troca de saberes entre os diferentes sujeitos que integram a ação de construção de conhecimento.

As trabalhadoras rurais, em algumas ocasiões, eram tomadas de estranhamento, surpresa e reconsideração sobre sua própria realidade. Como as trabalhadoras rurais foram também pesquisadoras de campo, suas descrições sobre o contexto traziam sempre a tensão entre a visão poética e a constatação das dificuldades.

As relações sociais estruturadas com base em sistemas de dominação e exploração se produzem e se reproduzem através de mecanismos materiais e simbólicos que sustentam as desigualdades. A invisibilidade das mulheres nas análises como sujeito da produção e da reprodução na agricultura familiar é um mecanismo de reprodução dessas desigualdades. As mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos.

Longe de ser um mero jogo de palavras, atribuir aos outros a incapacidade de enxergar as mulheres muda o sentido da

compreensão da realidade e, conseqüentemente, das estratégias para a superação das desigualdades. Não são as mulheres que se ocultam, são as relações de dominação patriarcal que lhes atribuem um lugar menor. (GOUVEIA, 2003)

Isso tem também como conseqüência o fato de não ser levada em conta a importância do trabalho reprodutivo para a viabilização de um modo de produção coletivizado.

É pela ação política que se desacomodam e se transformam as desigualdades contidas na ordem social. É essa ação que suscita também novos desafios para a teoria social. Só a formulação de novas questões de pesquisa pode levar a novas respostas, o que é uma forma de encontrar um novo entendimento da vida social.

No processo de pesquisa, realizamos várias reuniões entre o SOS CORPO e o MMTR-NE para desenharmos os caminhos que seriam necessários para conhecer a realidade de trabalho das mulheres rurais. O MMTR-NE escolheu uma localidade rural em cada um dos sete estados. Em cada área, as pesquisadoras deveriam escolher cinco famílias, mas algumas escolheram mais. Em cada família, todas as pessoas com mais de 18 anos foram entrevistadas. Cada pesquisadora preencheu também um questionário, descrevendo a história e as condições atuais de sua localidade. Todas as famílias foram observadas pela pesquisadora por, pelo menos, dois dias inteiros, um durante a semana e um no final da semana, com o objetivo de se descrever as condições de moradia e verificar a distribuição das tarefas produtivas e reprodutivas e o cotidiano da família.

Os instrumentos de pesquisa e as análises dos dados obtidos foram elaborados em conjunto, pelo SOS CORPO e o MMTR-NE, nas oficinas com as pesquisadoras. As oficinas foram, em si mesmas, um momento de reflexão e de produção de informações. Apresentamos aqui os resultados gerais obtidos nessa pesquisa e as reflexões que fizemos coletivamente com o intuito de contribuir para a organização de mulheres nos movimentos sociais no campo.

Bibliografia

GOUVEIA, Tácia. (2003). Muito Trabalho e Nenhum Poder Marcam as Vidas das Agricultoras. In: *Observatório da Cidadania. Relatório 2003*. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania.

O Ano e o Cotidiano

Meu ano é assim: em janeiro, preparo as terras. Em fevereiro, são as trovoadas, as sementes são selecionadas para plantio. Depois, é o Dia Internacional da Mulher. Abril é mês da planta e da Campanha da Fraternidade. Em maio, a lavoura tá no meio do caminho; é o mês Mariano em família. Junho é colheita, frio, festa junina, arraial e quadrilha; e julho é a época da debulha, de guardar a produção. Agosto é o preparo da ração (o pasto, as palhas); setembro é trovoada de novo, broca e plantio de palma. Em outubro, preparo as terras. Novembro é expectativa do plantio; e dezembro é o momento forte do Natal em família. Se chover, plantio. No inverno, acordo às cinco da manhã, faço o café, cuido da alimentação das galinhas e vou amarrar duas cabras na roça. Depois, venho cuidar da comida para alguém que trabalha na minha roça. Isto é, serviço pesado, que não posso fazer. No final de semana, no sábado pela manhã, assisto à reunião no salão paroquial e, à tarde, fico com as crianças no salão comunitário. Vou à missa todas as primeiras sextas, segundas, quartas e sábados e no terceiro domingo. A igreja fica a 17 km. A capela, a 3 km. No inverno, tudo é mais fácil. Tem riacho. Os animais ficam saudáveis, temos alimentação. Na época do verão, o tempo é muito triste. O sol forte queima as plantações, o vento sacode a poeira e as folhas, tudo é triste. Tem que comprar milho pros animais, farelo de trigo, medicação (os animais adoecem mais). Vacinar as cabras, verminose no gado. Acordo antes de cinco da manhã. Durmo antes de nove. Minha casa tem luz. Pago para um menino botar a água, que fica a 2,5 km. Tenho um poço para aguar o capim.

Depoimento de Juscelina Martins Amaral
Trabalhadora rural – pesquisadora de Pernambuco





Trabalhadoras rurais e pesquisadoras

Foram as próprias trabalhadoras rurais que, durante meses, realizaram a coleta de informações nas comunidades em que residiam, assumindo, assim, o papel de pesquisadoras. Além de realizarem a pesquisa de campo, participaram de várias oficinas em que discutimos os resultados e em que construímos a proposta e o conteúdo deste caderno.

Pesquisadora	Localidade	Município	Estado
Maria de Jesus Teixeira	Mão Cheinha	Esperantinópolis	MA
Maria Nazaré de Souza	Assentamento Maceió	Itapipoca	CE
Antônia Cruz da Silva	Varelo de Baixo	Araruna	PB
Juscelina Martins do Amaral	Fazenda Nova	São José do Egito	PE
Antônia Santos Guerra	Cabaceiros	Inhapi	AL
Maria Gisélia Ferreira	Mata Grande	Itabi	SE
Elione Alves de Souza	Recreio	Valente	BA

Maria de Jesus Teixeira

No Maranhão, a pesquisa foi realizada por Maria de Jesus Teixeira, agricultora e extrativista, residente em Mão Cheinha, no município de Esperantinópolis, região dos Cocais. Essa área é fortemente marcada por coleta, beneficiamento e comercialização do coco babaçu, uma atividade produtiva majoritariamente feminina, possibilitada pela existência de grande extensão de babaçuais em terras devolutas e particulares. É nesse estado que reside uma das grandes forças do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, que envolve ainda os estados do Piauí, do Tocantins e do Pará. O município de Esperantinópolis, apesar de estar localizado no Nordeste, faz parte da pré-Amazônia, com 770,67 km² e 21.224 habitantes. O povoado fica a 2 km da sede do município.

Maria de Jesus, a pesquisadora, é integrante do Movimento de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, que vem desenvolvendo uma luta incessante pela preservação dos babaçuais e pelo acesso à coleta para quem dela tira seu sustento, sob a bandeira do “babaçu livre”. Sem acesso a serviços básicos de saúde e educação, sem equipamentos sociais fundamentais, com uma família de dez membros e um marido sem condições físicas de trabalho, Maria de Jesus cumpre uma dura jornada que articula trabalho produtivo e reprodutivo. Ela é, ao mesmo tempo, funcionária pública e extrativista, sendo que, nessa última atividade — a coleta e quebra do coco babaçu —, as condições de trabalho são as mais precárias possíveis e as condições de comercialização são, em geral, dificultadas pela presença do atravessador.



Elione Alves de Souza

Elione vive em uma região da Bahia conhecida como *Região Sisaleira*, formada por 33 municípios, todos localizados no semi-árido. Aí se encontra o povoado de Recreio, pertencente ao município de Valente, onde Elione levantou as informações sobre o trabalho das mulheres. Recreio é um pequeno povoado no qual os trabalhadores e as trabalhadoras são fortemente envolvidos com a produção de sisal, uma fibra vegetal utilizada na confecção de tapetes, bolsas e outros apetrechos. Sua área total é de 371,03 km², onde residem 19.145 habitantes.

Elione traçou um perfil do povoado, que é marcado por algumas diferenças em relação a outras áreas rurais do Nordeste. A primeira delas é a já citada produção de sisal, que dá a marca característica do povoado e do município. O sisal dá origem à principal fibra dura produzida no mundo e a Bahia é responsável por 80% da produção nacional. O município de Valente é



praticamente tomado pelas plantações de sisal, cujo processo de extração e beneficiamento envolve boa parte de sua população. O foco desse processo está no motor de sisal, cujo proprietário é também o comprador da produção. O sisal é de propriedade dos/as agricultores/as familiares, que extraem a planta, preparam-na para o motor, moem e esticam a fibra para secar em varais, vendendo-a para o dono do motor, que se converte, assim, em um atravessador.

Maria de Nazaré Souza

O trabalho de campo no Ceará foi desenvolvido por Maria Nazaré de Souza, que, além de agricultora, é também professora, tendo concluído o curso de magistério. Ela participa ativamente dos encontros do Movimento de Mulheres e, muitas vezes, se expressa através da música, apresentando sua compreensão da realidade de uma forma poética. Nazaré Flor, como é conhecida, é cantora e compositora, uma poetisa que narra, com sensibilidade, as dores e alegrias das mulheres rurais.

No Ceará, o povoado que integrou a pesquisa foi um assentamento de reforma agrária. O Assentamento Maceió fica no município de Itapipoca, localizado no litoral do Estado, com uma área total de 1.186,36 km² e 94.369 habitantes. A sede do município de Itapipoca fica a 70 km do assentamento. No Assentamento Maceió, vive-se da produção agrícola, do extrativismo e beneficiamento de caju, da pesca e da produção de artesanato.

No período da pesquisa, todas as famílias haviam produzido em grande quantidade, tanto no que se refere à produção agrícola — como a produção de frutos, notadamente caju e coco — quanto no que toca à pesca e ao artesanato. As condições favoráveis para a pesca, a organização para o trabalho agrícola, a conquista da terra e do crédito agrícola, aliados à assistência de outras organizações da sociedade civil, são fatores que contribuem para o aumento da produção.



Antônia Guerra

Antônia Guerra realizou a pesquisa em Alagoas, no povoado Sítio Cabaceiros, localizado em Inhapi, município de 374,17 km², com 17.768 habitantes. Inhapi é um pequeno município no qual as condições de vida são muito precárias, mesmo na área urbana — a sede do município —, que fica a 2 km do Sítio Cabaceiros. Antônia integrou-se ao grupo de pesquisadoras quando já havíamos percorrido uma primeira etapa do trabalho, referente à construção do problema, mas a sua região esteve presente desde o início, através da participação de Ana Rosa, agricultora residente no mesmo município, que esteve em nossas primeiras oficinas.

As condições de vida das pessoas em Cabaceiros não diferem muito das condições sociais do Estado de Alagoas, que é um dos mais pobres do País. Nesse caso, a dificuldade de deslocamento e transporte encontrada pelos/as agricultores/as leva-os/as a utilizar a rede de atravessadores para escoar a sua produção, o que reduz as suas possibilidades de ganhos diretos. Apesar de

algumas famílias serem proprietárias de terra, nenhuma delas tinha, no período da pesquisa, acesso a crédito para financiamento ou assistência técnica e também não apresentava um grau de organização social suficiente para facilitar o desenvolvimento do trabalho produtivo e o acesso ao mercado agrícola. Para muitas delas, portanto, a produção reduz-se apenas ao necessário para a subsistência.



Maria Gisélia Ferreira

Maria Gisélia Ferreira é trabalhadora rural no povoado Mata Grande, no município de Itabi, em Sergipe. Ela entrou para o grupo de pesquisadoras com o trabalho já em andamento e participou ativamente do processo de pesquisa a partir de então. Itabi é um município localizado no sertão de Sergipe, com uma área de 202,07 km² e 5.174 habitantes.

Os homens, em geral, trabalham na roça e na criação de animais de pequeno porte; já as mulheres estão presentes na roça, no artesanato e no trabalho doméstico. As famílias produzem e comercializam feijão, milho, fava, banana, mandioca, palma e frutas e também criam galinhas. Soma-se isso à produção específica das mulheres, que fazem crochê, bordados com ponto de cruz e rendendê. A renda familiar é complementada, em algumas famílias, por aposentadorias e pensões.



Antônia da Cruz Silva

A pesquisa na Paraíba foi feita por Antônia da Cruz Silva, trabalhadora rural residente em Varelo de Baixo. O Sítio Varelo de Baixo é um assentamento do município de Araruna, na Paraíba, que fica a mais ou menos 8 km da cidade mais próxima. Araruna é um município de 304,87 km² e tem 16.605 habitantes.

A desapropriação da terra em Varelo de Baixo foi feita pelo Incra há 18 anos, em um momento de grandes conflitos, no qual muitas famílias saíram da

localidade. A propriedade mede 480 hectares e é dividida para 24 famílias. As propriedades de cada família variam entre 12 e 18 hectares. Atualmente, existem 36 famílias, e, destas, 24 são cadastradas e registradas no Incra; as outras 12 são a expansão da família, ou seja, os/as filhos/as, quando casam, ficam na propriedade de seus pais. Todas as famílias pesquisadas identificaram-se como posseiras, apesar de viverem em lotes que já estão em fase de legalização no processo de reforma agrária. A produção predominante é de fava, feijão, milho e criação de porcos, galinhas e cabras.



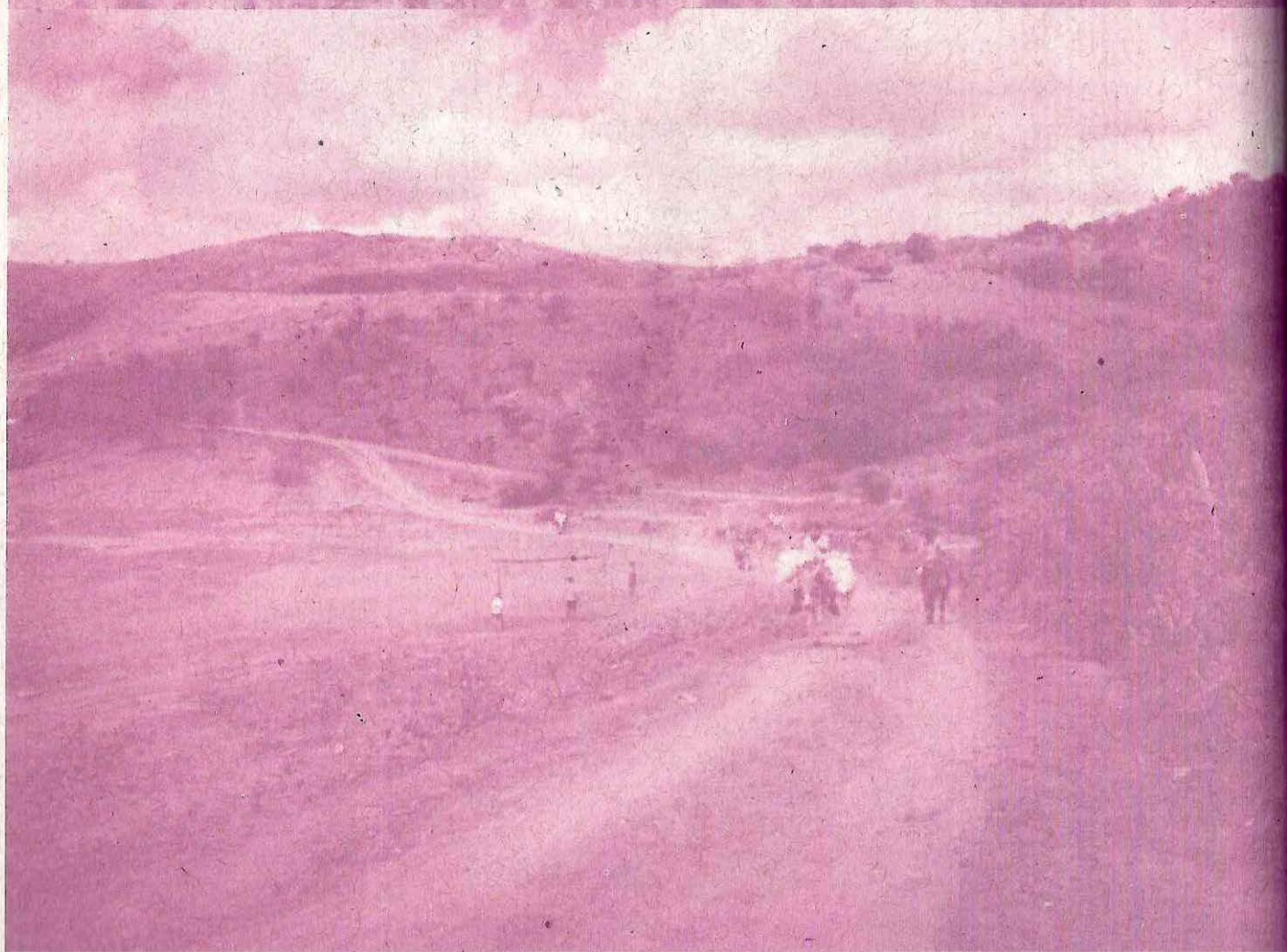
Juscelina Martins do Amaral

Juscelina Martins do Amaral, trabalhadora rural, fez o trabalho de pesquisa em Pernambuco, no povoado Fazenda Nova, localizado no município de São José do Egito. São José do Egito é um município de 779,95 km² de extensão territorial, habitado por 29.468 pessoas. O povoado Fazenda Nova é privado de quase todos os serviços públicos: serviço de transporte, calçamento, iluminação, telefone, postos de saúde, entre outros.

Fazenda Nova é uma área de agricultura familiar tradicional, na qual muitas famílias têm terra, mas, em geral, as propriedades não chegam a 5 hectares. No



período da pesquisa, nenhuma família havia tido acesso a crédito para financiamento da produção. As condições de trabalho nesse povoado são muito precárias, e, no ano da coleta de informações, as condições climáticas impossibilitaram a produção, e a renda foi praticamente nenhuma.



Como é a vida nesses povoados?

Embora não seja o único, a pobreza é o elemento mais forte que unifica as sete localidades que estudamos. Não queremos, com isso, reforçar a associação entre Nordeste e pobreza ou entre área rural e pobreza, mas mostrar que encontramos lugares com alto grau de concentração de renda, áreas de semi-árido desprovidas de qualquer infraestrutura ou serviços públicos; encontramos um Estado assistencialista e precário, seja no plano municipal, estadual ou federal, em muitas das áreas em que trabalhamos. Passados vinte anos da democratização do país, estamos tratando aqui da ausência de democracia. O que falta às estas comunidades rurais do Nordeste é a democracia, no seu mais amplo sentido: justiça e igualdade no acesso e usufruto de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais, tanto no âmbito público quanto no privado. Nossos achados de pesquisa podem ser vistos como um mosaico no qual cada uma das partes chama a atenção para a ausência de democracia em planos específicos da vida na agricultura familiar, e o conjunto denuncia as suas razões estruturais profundas.

As localidades pesquisadas situam-se em sete dos municípios mais pobres do país, três dos quais em áreas do semi-árido nordestino, região cujos problemas sociais, econômicos e ambientais ainda estão longe de encontrar soluções satisfatórias. A imensa maioria das populações de todos os municípios vive em situação de pobreza, mas Inhapi apresenta a pior situação, pois tem a maior concentração de renda.

Em todos os municípios, a desigualdade de renda cresceu no período de 1991 a 2000. Nossos dados demonstram a veracidade dessa injusta e desumana situação. A ausência do Estado nessas áreas revela-se tanto pela falta de ações no sentido de garantir a distribuição justa das riquezas, quanto pela ineficácia das políticas públicas em atender à totalidade da população em áreas básicas, como oferta de água, energia elétrica e coleta de lixo. Em Inhapi (Alagoas), nem 10% da população tem acesso à água encanada; dos municípios pesquisados, apenas São José do Egito (Pernambuco) e Itabi (Sergipe) fornecem água encanada para mais de 50% da população.

Pouco mais de um quarto dos domicílios de todos os povoados pesquisados não tem eletricidade, e, em quase 80% dos casos, o lixo e os dejetos sanitários são jogados a céu aberto. O acesso a bens de consumo (como televisões, geladeiras etc.), por sua vez, apesar de ter aumentado na última década, ainda é muito baixo, o que é esperado, dada a pouca cobertura da oferta de energia elétrica. O município que apresenta a maior

proporção de domicílios com geladeira, por exemplo, é São José do Egito (Pernambuco), e esse número não chega a 60% dos lares. A tão divulgada expansão da telefonia no território nacional não alcançou nem os municípios nem as áreas que estudamos: nelas, não há um telefone particular sequer, e, em 65% dos domicílios, o telefone público mais próximo fica a mais de 1 km de distância.

Quando é necessária a coleta de água, a cabeça ainda é o principal “meio de transporte”, e a mão-de-obra para essa atividade é, basicamente, feminina e infantil.

Todas as áreas que pesquisamos localizam-se a uma boa distância da sede dos municípios, mas apenas Mata Grande (Itabi - SE) e Fazenda Nova (São José do Egito - PE) dispõem de estradas de asfalto; o acesso às demais localidades é feito exclusivamente por estradas de terra ou barro. A maior parte das pessoas mora em casas de tijolo, mas em Mão Cheinha (Esperantinópolis - MA), Mata Grande (Itabi - SE) e no Assentamento



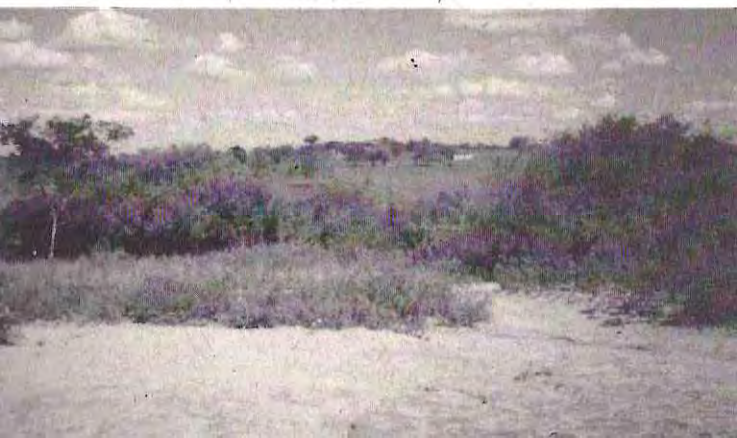
Maceió (Itapipoca – CE), há casas de taipa. Em média, as casas têm cinco cômodos, três ou quatro dos quais são utilizados como dormitórios e um ou dois são usados para o armazenamento de produtos, sendo também comum que o armazenamento seja feito nos próprios dormitórios.

Pouco mais da metade dos domicílios utiliza-se de poços ou cacimbas como principal fonte de água para o uso geral; em apenas 27,8%, há água encanada, e, entre estes, mais da metade está fora do sítio, exigindo o uso de transporte para a coleta. Em 15% dos casos, a principal fonte de água são os cursos de água natural. Também para beber, os poços e as cacimbas são a principal fonte, seguida pelos barreiros e/ou cisternas. Aqui, a água encanada é menos citada: apenas 9,7% das pessoas se referiram à água encanada como principal fonte para consumo humano. Quando é necessária a coleta de água, a cabeça ainda é o principal “meio de transporte”, e a mão-de-obra para essa atividade é, basicamente, feminina e infantil. Parte das pessoas também citou o lombo de animais e o carro de boi como meio de transporte de água utilizados.

Mosaico da morada

Na sala, tem retrato de santos. Os tamboretes, quatro cadeiras, uma mesa, um espelho em um quarto; uma cama e um guarda-roupa em outro quarto; duas camas na outra sala; dois sacos de legumes. Uma mesa, um armário, um filtro, uma bateria, uma TV na sala de jantar; um fogão, uma mesa, um pote e uma geladeira. Dois vasos de legumes, uma máquina de plantar. Duas roçadeiras, uma medida e uma bacia. Um pilão, um balde, três panelas de ferro. Um pote, uma pia de lavar louça, uma vassoura, um rolo de ralar milho maduro, duas bacias na área da cozinha, um moinho de milho, um fogo de lenha e lenha partida. Um pote e uma pá de jogar terra no terreiro. Um banheiro, uma dormida das galinhas, um tanque de juntar água. Na *teia*, umas plantas de remédio; ao lado, dois tambores. Na frente, um poste com lâmpada, uma casinha com um carro de boi. A cocheira de colocar palma para os bois. Dois arados, quatro escadas, três balaies, um pneu de tirar lama do barreiro e quatro enxadas.

Descrição de uma moradia do Sítio Cabaceiros
feita por Antônio Guerra – trabalhadora rural e
pesquisadora de Alagoas.

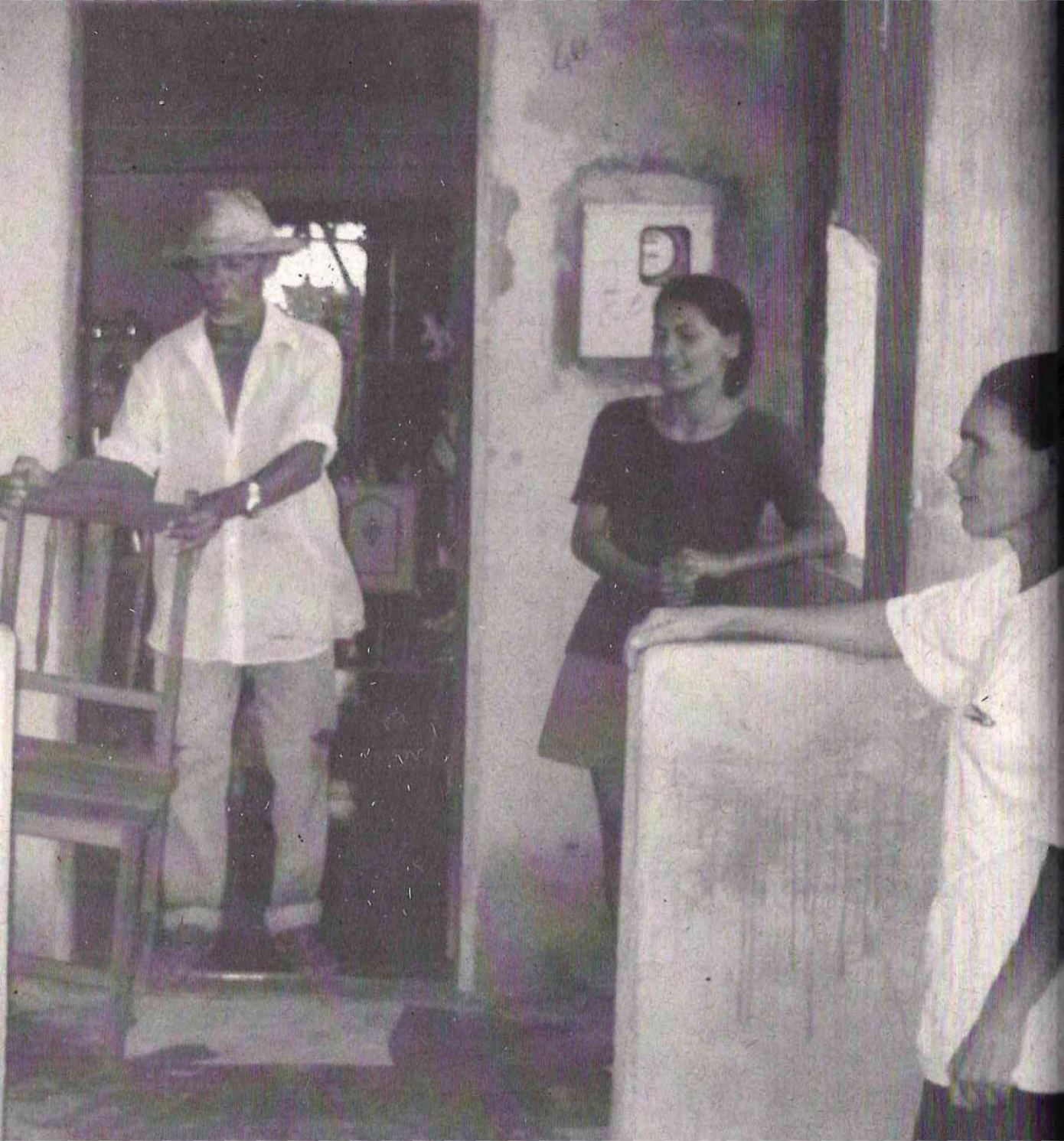


Ir e vir sem sair do lugar

A dona da casa escolheu feijão, botou no fogo, fez arroz, carne, suco, e, às onze horas, o almoço estava pronto. Na hora de botar nos pratos, ela entregou para sua filha, que repartiu, e as noras conduziam os pratos até a mesa e chamavam pelo nome de cada um que ali estava e entregava o prato. As crianças em primeiro lugar. Nesta hora, os homens não estavam mais em casa, porque, depois que eles fizeram o serviço, como botar água no cocho das cabras, eles saíram para andar. Não sei pra onde, também não sei a hora que voltaram para casa dormir. Antes do almoço, as mães deram banho nas crianças e arrumaram, porque depois elas iam passear com elas, e foram.

Descrição feita por Antônia Cruz –
trabalhadora rural e pesquisadora da Paraíba.





Quem são as pessoas entrevistadas?

As trabalhadoras rurais que fizeram a pesquisa entrevistaram, ao todo, 158 pessoas, de 51 famílias, sendo 77 homens e 81 mulheres, nos sete povoados. Para podermos fazer comparações, foram escolhidas cinco famílias de cada povoado, com base em critérios preestabelecidos. As respostas foram organizadas e analisadas em encontros e oficinas entre as trabalhadoras, assessoras do MMTR-NE e o SOS CORPO. Neste caderno, apresentamos apenas a síntese das informações obtidas e discutidas nessas oficinas de pesquisa. Ela pretende mostrar um pouco como é a vida e o trabalho das mulheres naquelas localidades.

Propriedade da terra, crédito e renda

Nas entrevistas feitas durante a pesquisa, a propriedade da terra foi um dos temas mais difíceis para a obtenção de informação, por várias razões, entre as quais destacamos duas. A primeira delas liga-se ao fato de que boa parte das pessoas vive em situação jurídica indefinida com relação à terra, seja porque os processos de espólio e herança ainda não estão concluídos, ou sequer foram legalizados, ou porque vivem em assentamentos de reforma agrária, cuja legalização ainda está em curso, ou porque vivem em áreas ocupadas ainda em fase de negociação para inclusão no processo de reforma agrária. Não há, concretamente, clareza com relação ao estatuto de propriedade da terra, e, por isso, membros de uma mesma família, por exemplo, classificaram-se como posseiros, proprietários ou ocupantes de terra de reforma agrária.

Ainda é uma realidade a concentração de poder e recursos na figura masculina do pai, daí afirmarmos que o patriarcado, associado ao capitalismo, é o sistema que legitima a opressão das mulheres na agricultura familiar. Sendo assim, o campo da produção — e tudo o que lhe diz respeito, como comércio, propriedade, assistência técnica, crédito;

etc. — é de responsabilidade masculina, tanto no plano da decisão e do planejamento quanto no nível da execução e da organização do trabalho, o que inclui, evidentemente, um maior domínio e controle sobre as informações. Por isso, mulheres e idosos/as e, principalmente, jovens apresentaram grande dificuldade em fornecer informações relacionadas a essas áreas e, em especial, à propriedade da terra.

Entre as famílias entrevistadas, menos da metade têm a propriedade da terra. Depois estão os/as posseiros/as, com um total de 24% dos casos. Mas foi no quesito referente à titularidade da terra que se revelou com maior clareza a desigualdade entre homens e mulheres: em 72% dos casos, a titularidade da terra está nas mãos de homens da família; as mulheres são titulares em 16% dos casos e nestes são todas chefes do domicílio. Os demais casos referem-se a outras situações, como terra de terceiros. Em um único caso, o casal detém a titularidade. O povoado de Recreio (Valente – BA) é a área que apresenta o maior número de mulheres titulares (quatro); Varelo de Baixo (Araruna – PB), Mata Grande (Itabi – SE), Assentamento Maceió (Itapipoca – CE) e Mão Cheinha

(Esperantinópolis – MA) têm, cada um, uma mulher titular da terra, entre as famílias pesquisadas; Fazenda Nova (São José do Egito – PE) e Cabaceiros (Inhapi – AL) não têm nenhuma. Nos domicílios chefiados por homens, nem sempre a titularidade é deles, mas é sempre de um homem (nesses casos, um parente mais velho).

... em 72% dos casos, a titularidade da terra está nas mãos de homens da família; as mulheres são titulares em 16% dos casos e nestes são todas chefes do domicílio.

Esses dados nos falam do menor poder das mulheres no acesso ao principal recurso produtivo da agricultura familiar, que é a terra, e chama a atenção para algumas de suas conseqüências, já apontadas anteriormente, como é o caso da maior dificuldade de reunir informações e conhecimento sobre o trabalho e a produção que daí resultam. Além disso, esse dado revela que as recentes mudanças na legislação, que permitem e

estimulam a titularidade feminina e do casal, ainda não produziram grande impacto nessas regiões, nem mesmo no Assentamento Maceió, a área com maior grau de organização entre as pesquisadas. Ao manter as mulheres legal e oficialmente na dependência dos maridos e/ou pais, isso as faz permanecer excluídas do principal campo de poder da produção agrícola, já que é a titularidade que facilita, por exemplo, a obtenção de crédito, assistência técnica e inserção na vida associativa. A situação aqui apresentada é apenas um mínimo exemplo do que se repete em todo o País: 87% dos assentamentos do Incra, 93% do Banco da Terra e 92% das propriedades familiares têm homens como titulares.

A pouca informação das mulheres sobre as questões ligadas à terra apareceu claramente quando perguntamos se sabiam o tamanho da terra: 80% dos homens sabem informar o tamanho da terra, enquanto entre as mulheres esse percentual cai para 62%. São as mulheres jovens as que demonstram menor conhecimento sobre a questão. O tamanho da terra, nos casos da titularidade ser feminina, não chega a 5 hectares. Só em um caso é um pouco maior que 10 ha. Já os homens, de fato, concentram as maiores extensões de terra: das onze propriedades que têm mais de 10 ha, dez são de propriedade e titularidade masculina.

Acesso a Crédito

O acesso ao crédito para financiamento da produção nesses povoados é limitado ou inexistente: apenas 24% das pessoas responderam positivamente a essa questão e a maioria adquiriu crédito apenas para atividades agrícolas.

Apenas uma mulher afirmou que era responsável pelo crédito e também um único homem disse que uma mulher era responsável pelo crédito. Quase sempre o responsável é um homem. A principal razão para não ter crédito é o fato da família não atender aos requisitos exigidos pelos programas de financiamento, o que quer dizer: não ter título

da terra, não ter conta bancária, não ter produzido nas últimas safras, não saber ler, não ter a documentação exigida etc. Cerca de 20% das pessoas afirmaram que não tinham crédito porque “nunca procuraram”, sem dar maiores detalhes sobre as razões para não procurar, mas nos levando a acreditar que, dadas as semelhanças de condições socioeconômicas, essas pessoas provavelmente juntam-se ao grupo que não atende aos requisitos de financiamento, perfazendo um total 59,5% de pessoas excluídas do acesso ao crédito. Além disso, cerca de 5% das pessoas afirmaram que eram inadimplentes e, por isso, não podiam ter crédito e 6,6% afirmaram que têm receio de dívidas.

Renda Familiar

Cerca de um terço das pessoas não sabe informar a renda — e, entre as mulheres, esse percentual sobe para 40%, independentemente da idade. Além disso, entre as mulheres que não sabem informar a renda, a maioria é casada e, entre os rapazes, a maior parte é solteira. Esses dados podem indicar tanto a ausência de renda quanto a exclusão do contato com o dinheiro. Assim, a falta de informações sobre a renda é explicada pelos baixos índices de comercialização em um contexto de relações familiares patriarcais em que as mulheres têm menor poder e participação na gestão do dinheiro.

Em oito famílias, não houve ninguém que soubesse informar a renda, duas das quais eram chefiadas por mulheres. Entre as famílias que nos deram informações sobre renda, 63% estão na faixa de sem renda ou com renda de até meio salário mínimo mensal. Entre as famílias chefiadas por mulher cuja renda foi informada, nenhuma está na faixa mais alta, e apenas uma está na faixa de três a cinco salários mínimos; as outras estão todas abaixo disso.

Com relação à composição da renda, os benefícios sociais e as aposentadorias também são raros nas áreas que estudamos. Apenas uma entre cada cinco pessoas, sem distinção de sexo, recebe estes benefícios, sendo o principal a Bolsa Escola. As trabalhadoras

rurais que fizeram a pesquisa afirmam ser um fato comum os homens acompanharem todo o processo de recebimento da licença-maternidade, com o objetivo de agregá-la ao rendimento familiar.

Documentação Pessoal

A ausência de documentação pessoal é um problema para parte da população rural do Nordeste. Não é por outra razão que esse tem sido um tema de mobilização dos vários movimentos de trabalhadores/as rurais existentes no Brasil e, especialmente, do MMTR-NE. Em nossa pesquisa, procuramos saber a respeito da documentação pessoal básica, do registro no INSS, que permite o acesso à previdência e assistência social, e também da carteira do sindicato, entendendo que esta é uma importante forma de identificação profissional que, por sua vez, possibilita o acesso a outros campos da vida pública.

De maneira geral, são muitas as pessoas sem documentação, mas a sua distribuição entre as áreas pesquisadas apresenta algumas diferenças. Todas as pessoas sem Registro de Nascimento têm mais de trinta anos e estão em Fazenda Nova (São José do Egito – PE) e no povoado de Recreio (Valente – BA), mas essas são as localidades em que há mais pessoas com Carteira de Trabalho e Previdência Social. Recreio é o único em que todas as pessoas têm Carteira de Identidade, ainda que parte delas já não tenha o Registro de Nascimento. Em Mão Cheinha (Esperantinópolis – MA) e Varelo de Baixo (Araruna – PB), ninguém tem registro no INSS. Em duas localidades, Fazenda Nova e Mão Cheinha, só há uma pessoa sindicalizada entre os/as entrevistados/as, uma mulher e um homem, respectivamente.

Surpreendentemente, dada a sua importância como fonte de renda nas áreas rurais, é o registro no INSS o que está mais ausente: nem 10% das pessoas o possuem, sendo onze mulheres e apenas dois homens. Das mulheres que estão registradas no INSS,

nove têm menos de sessenta anos e, portanto, provavelmente receberam pensões ou benefícios sociais, como a licença-maternidade. Quanto aos dois homens, é provável que seu vínculo deva-se à aposentadoria, pois ambos têm mais de sessenta anos. Com relação à distribuição por sexo, o que observamos é que os homens estão em situação ligeiramente melhor que as mulheres no que se refere à documentação pessoal, invertendo-se a relação quando se trata da carteira de trabalho, do registro no INSS e da carteira do sindicato.

Considerando que, no caso da documentação pessoal e da carteira de trabalho, as diferenças não são muito significativas e que o registro no INSS justifica-se pelo acesso a benefícios a que as mulheres têm direito antes dos 60 anos, o que nos chamou especialmente a atenção foi o maior número de mulheres sindicalizadas comparativamente aos homens.

O Nordeste é a região onde mais cresceu a sindicalização de mulheres rurais no período de 1991 a 2001. Neste último ano, 14% dos sindicatos rurais brasileiros apresentavam um quadro de associados/as com mais de 60% de mulheres; no Nordeste, 23% dos sindicatos rurais estão na mesma situação. Não se pode esquecer que data justamente desse período o ápice das mobilizações pela ampliação da sindicalização de mulheres, que envolveram movimentos de mulheres e centrais sindicais em níveis nacional e local. Os dados que encontramos são, certamente, reflexo desse contexto.

Quanto ao reduzido número de pessoas que possuem registro no INSS, as pesquisadoras entendem que isso se deve à falta de informação sobre o regime de previdência para a área rural. Se a isso se associa o “preconceito” existente entre servidores/as do INSS contra as mulheres rurais no momento da aposentadoria, que os leva a identificá-las apenas como donas de casa, e não como trabalhadoras rurais, é possível compreender por que a cobertura é tão baixa nessas áreas. Apesar da baixa cobertura, foi consenso entre as pesquisadoras que a aposentadoria e os benefícios rurais, na medida em que proporcionam rendimento às mulheres, têm sido importantes mecanismos para a autonomia e maior poder das mulheres.



Participação Social

Nossos dados indicam um razoável grau de participação política tanto de homens quanto de mulheres, especialmente nas associações e nos sindicatos, assim como registrou-se também grande participação em atividades da Igreja Católica, o que corresponde à percepção das trabalhadoras que fizeram a pesquisa a respeito de suas regiões. A crescente participação das mulheres nos sindicatos pode dever-se à progressiva articulação entre estas organizações e a execução de políticas sociais. Em alguns casos, direitos no campo da Seguridade Social requerem associação ao STR. Além disso, alguns desses direitos são dirigidos exclusivamente às mulheres, o que também explica o fato delas terem mais documentos do que os homens.

Deve-se observar, no entanto, que 34% das pessoas não fizeram referência a nenhum tipo de participação e há mais mulheres que homens nessa categoria. No que se refere às razões da não-participação, a maior parte das pessoas — pouco menos da metade das mulheres e quase todos os homens — diz que não participa porque não quer, mas entre

as/os que participam, metade das mulheres e 20% dos homens disseram ter dificuldades para participar. A principal dificuldade de participação das mulheres está na sobrecarga de trabalho, seja doméstico (35,7%) ou em geral (14,3%). As respostas masculinas se distribuíram de modo mais homogêneo entre falta de

A principal dificuldade de participação das mulheres está na sobrecarga de trabalho...

tempo e dinheiro, distância e muito trabalho.

Rota de Saída

A pobreza e a precariedade dos serviços nas áreas rurais levam muitas meninas a se deslocarem para as áreas urbanas para estudar e/ou trabalhar como domésticas, o que

as retira da área rural muito cedo e, em muitos casos, transforma-se em migração definitiva para as que conseguem emprego ou constituem família na cidade. Com relação aos rapazes, não havendo a alternativa do emprego doméstico, é mais difícil encontrar trabalho fora da roça e, por isso, mantêm-se no campo, abrindo mão dos estudos, ou migram para a cidade, com mais idade e depois da conclusão dos estudos possíveis no seu município.

As trabalhadoras que fizeram a pesquisa consideram que a roça e o trabalho agrícola não atraem as mulheres porque os costumes e a herança são masculinos. Além disso, há ainda o “peso” da idéia de que elas apenas ajudam na roça, não sendo nem necessárias nem importantes para esse serviço.

Miriam Abramovay, analisando o processo de sucessão profissional e transferência hereditária nesse sistema de produção, cuja linhagem é masculina, aponta para a centralidade da figura paterna em todo o processo, o que possivelmente seria um dos fatores que colaboram para o afastamento das jovens da agricultura familiar. A *rota de saída* das mulheres, especialmente as mais jovens, do espaço da agricultura familiar é efeito das transformações por que passaram as mulheres nas últimas décadas, que lhes vêm permitindo buscar para si outros destinos diferentes ao da submissão à lógica patriarcal, entre os quais sobressaem as tentativas de escolarização.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Miriam & RUA, Maria das Graças. *Companheiras de Luta ou Coordenadoras de Panelas?* Brasília: Unesco, 2000.

GOUVEIA, Ticiane. Muito Trabalho e Nenhum Poder Marcam as Vidas das Agricultoras. In: *Observatório da Cidadania. Relatório 2003*. Rio de Janeiro: Observatório da Cidadania, 2003.



Os sentidos de agricultura familiar

A definição construída nas oficinas pelas trabalhadoras rurais que fizeram a pesquisa diz que a agricultura Familiar é aquela cultivada em uma pequena extensão de terra, através da utilização da mão-de-obra da família. Ela apresenta uma grande diversidade de cultivos, cuja produção é direcionada para a alimentação da própria família. É encontrada em todo o Nordeste e apresenta-se como um ciclo contínuo entre produção e reprodução, tanto no que se refere às atividades agrícolas quanto no que se refere à utilização e organização dos espaços e do tempo.

Essa caracterização não é muito diferente daquelas que encontramos nos estudos acadêmicos. Não obstante algumas divergências entre esses estudos, todos concordam que a agricultura familiar compreende uma pequena extensão de terra, que varia de um a algumas dezenas de hectares, apresenta um alto grau de diversidade dos cultivos e forte integração entre o trabalho, a produção e o consumo, utilizando mão-de-obra basicamente familiar.

Para a Contag, a agricultura familiar, além de limitar-se a áreas de apenas quatro módulos fiscais, não pode incluir a contratação de mão-de-obra permanente. O Incra e a FAO (1995), no entanto, entendem que os estabelecimentos de agricultura familiar podem contar com a contratação de empregados permanentes: apenas um, no caso da FAO, e até dois, no caso do Incra.

Alguns estudos acadêmicos baseiam-se principalmente no tipo de força de trabalho empregada, familiar ou contratada, e menos no tamanho da propriedade. Ricardo Abramovay define a agricultura familiar como “aquela em que a *gestão*, a *propriedade* e a *maior parte do trabalho* vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento”, dando ênfase, portanto, à articulação entre as relações familiares e as relações de trabalho.

A definição assumida pelo Governo Federal, no Pronaf, inclui a possibilidade de algum trabalho assalariado, mas não como dominante no sistema produtivo. Para o Pronaf, “a agricultura familiar é uma forma de produção em que predomina a interação entre gestão e trabalho; são os/as agricultores/as familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase à diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado”.

Na definição do Incra, além dos elementos citados acima, está incluída a propriedade dos meios de produção, embora, obviamente, a terra não possa ser sempre parte desse conjunto, uma vez que grande número de agricultores/as familiares são arrendatários/as. Para o Incra, a agricultura familiar pode ser definida com base em três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

A diferença fundamental entre a reflexão construída com as trabalhadoras rurais envolvidas na pesquisa e aquelas do âmbito acadêmico e governamental diz respeito à noção, presente na primeira definição e ausente na maior parte das últimas, de que, na agricultura familiar, o trabalho das mulheres se constitui em um ciclo contínuo entre produção e reprodução, com implicações para a organização e para o uso do tempo e do espaço e para a definição do valor do trabalho.

Ao observar um dia comum de trabalho em um estabelecimento de agricultura familiar, esse ciclo é claramente perceptível na sequência contínua de tarefas relacionadas à reprodução familiar desenvolvidas pelas mulheres — como limpeza da residência e do vestuário, preparação de comida e cuidado com crianças — e aquelas ligadas à atividade produtiva, geradora de renda para a unidade familiar, como a criação de animais de pequeno porte, fabricação de doces, produção artesanal etc. Essas tarefas, em geral, ocorrem em um espaço contínuo entre a casa e o quintal e em um *continuum* de tempo, sem predeterminação de jornada para o trabalho produtivo, gerando um sobretrabalho extremamente cansativo e socialmente desvalorizado, uma vez que é diretamente associado ao trabalho doméstico — também não reconhecido como trabalho.

Freqüentemente, a situação se agrava quando a esse trabalho somam-se as tarefas desenvolvidas na roça, longe do local de moradia, ou no extrativismo vegetal e animal, também distantes de casa, que demandam ainda um maior tempo de deslocamento e maior esforço físico. Mais importante: a esfera de tomada de decisões sobre a unidade produtiva e a vida familiar como um todo, o acesso ao mundo público e o controle sobre a renda familiar são dominados pelos homens, mais especificamente pelo chefe da família. Ou seja, além de terem de realizar trabalho a mais, as mulheres convivem com a ausência de poder.

Na agricultura familiar, “toda a organização do processo de trabalho é enviesada contra a mulher, o que consiste num traço verdadeiramente secular das formas familiares de produção em todo o mundo” e demonstra o caráter patriarcal que caracteriza tradicionalmente a família camponesa. Embora haja mudanças em curso, especialmente com relação às possibilidades de saída das meninas da área rural, “na organização da propriedade, o papel das moças ainda é subalterno”, e a distribuição de poder no interior da família é de tal modo desigual que são retiradas das mulheres a possibilidade de serem sucessoras, as responsabilidades, o planejamento e, a apresentação social na qualidade de agricultoras, o que contribui para que as mais jovens se afastem das atividades agrícolas e do meio rural.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. *Uma nova extensão para a agricultura familiar*. Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: PNUD, 1997.

INCRA/FAO. *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. Brasília: Incra/FAO, 2000.

Sites visitados

www.pronaf.gov.br, pesquisa em 2003.



Agricultura familiar: tensões e perspectivas

A agricultura familiar é, talvez, um dos campos que melhor expressam as diferentes esferas de manifestação das desigualdades em nosso país: gênero, classe, raça, geração e região, que não apenas atravessam e dão forma ao problema da agricultura familiar e do desenvolvimento no Brasil, como, sobretudo, nos desafiam a pensar o problema para além da esfera estritamente econômica.

A agricultura familiar aparece como um dos modelos para desenvolvimento agrícola, possivelmente o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas e do ponto de vista socioambiental quanto pela capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento de grandes contingentes da população rural brasileira, de fornecer alimentos para o mercado interno com produção diversificada e de democratizar o uso da terra. Defendem essa posição, vários movimentos sociais rurais e urbanos, entre os quais o movimento de mulheres e, também, setores do atual Governo Federal, embora este esteja reforçando muito mais a agricultura vinculada à exportação. Se entendermos, porém, que enfrentamos o desafio de pensar a agricultura familiar para além da esfera econômica, devemos discutir em que medida o sistema é justo do ponto de vista ambiental e das demais relações sociais, em especial no que toca às relações entre homens e mulheres e às questões geracionais. Um desafio colocado é o de repensar a própria idéia de uma produção fundada e estruturada na família.

A área rural no Brasil apresenta situações de trabalho bastante diversificadas. A agricultura continua prevalecendo, entretanto outros setores, como agroindústria e serviços, têm demonstrado crescimento. Essa nova situação nos leva a pensar o trabalho na área rural e, em especial, o trabalho das mulheres, com base nessa diversificação.

Estudos dos anos 50 e 60 consideravam a agricultura familiar em vias de superação pela modernização da produção agrícola. Nos anos 70, foi considerada útil porque produzia alimentos de baixo custo para a subsistência dos/as trabalhadores/as assalariados/as, rurais e urbanos/as, mas na década seguinte foi difundida a idéia de que a maior oferta de alimentos seria produzida pelos complexos agroindustriais, porque a agricultura familiar não teria condições de produzir alimentos em quantidade suficiente para a demanda dos mercados. Nos anos 90, passa-se a ressaltar a contribuição da agricultura familiar no desenvolvimento dos países europeus, e outros estudos demonstraram que seria possível um modelo ecologicamente sustentável e produtivo, através de modelos alternativos de agricultura, entre eles a agricultura familiar, chegando-se, assim, à idéia de agricultura familiar como a base social de um projeto economicamente viável, que, contudo, ainda está longe de se tornar realidade.

Hoje, o Nordeste possui *ilhas de prosperidade* que convivem em um *oceano de pobreza*: são as áreas de grandes investimentos públicos, majoritariamente associadas ao capital internacional, que levam a produção agrícola nordestina a uma maior inserção nos mercados globalizados. A abertura econômica, iniciada no governo Collor (1990–1992) e aprofundada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1996–2002), consolidou os incentivos à grande produção agropecuária, especialmente àquela de exportação, e manteve a fragilidade econômica daqueles setores ligados à pequena produção, seja nos assentamentos de reforma agrária, nas pequenas propriedades rurais ou entre os/as agricultores/as que trabalham como parceiros/as, arrendatários/as, etc.

A disputa política em torno do desenvolvimento rural, entretanto, não se desenvolve apenas entre os diversos tipos de agricultura familiar ou entre agricultores/as e



empresários/as, ou, ainda, entre cada um destes e o governo, ou mesmo entre o governo anterior e o governo atual, mas se encontra também no âmbito das negociações dos acordos comerciais internacionais. As negociações na Organização Mundial do Comércio – OMC trouxeram a público as disputas político-econômicas sobre a produção agrícola em âmbito internacional, em especial frente ao protecionismo dos Estados Unidos e da União Européia para a sua própria produção.

No cenário político atual, a agricultura adquire crescente importância em função desse debate em torno dos acordos comerciais da OMC e das negociações na Alca e no Mercosul. A questão dos subsídios à agricultura e das barreiras à comercialização, temas centrais nesse debate, traz à tona pelo menos duas grandes questões: a) qual o lugar da agricultura na economia nacional? e b) qual o modelo — ou quais os modelos — de agricultura que se deseja para o País?

O núcleo central das disputas políticas internacional e nacional em torno dos projetos de desenvolvimento agrícola é a acumulação de capital e a integração do setor agrícola aos

mercados globais, o que, no âmbito das políticas públicas governamentais, se expressa em programas que favorecem o agronegócio em detrimento da pequena produção. No Brasil, este que sempre foi um campo em disputa permanece tensionado. Algumas evidências demonstram o favorecimento da agricultura de exportação: as medidas que visam ao equilíbrio financeiro das relações internacionais, a legislação favorável aos insumos químicos e ao uso de sementes geneticamente modificadas, o financiamento de grandes projetos produtivos voltados para o mercado internacional, como soja e frutas exóticas, e a precariedade de fiscalização de direitos trabalhistas em grandes unidades produtivas agropecuárias.

A idéia de que a agricultura familiar pode ser a base para um modelo alternativo de desenvolvimento rural é especialmente atrativa se pensarmos na sua real capacidade de superação da pobreza e das desigualdades e de uso racional e sustentável dos recursos naturais. Ou seja, o modelo da agricultura familiar, particularmente se baseado em

... não devemos pensar a transformação social sem considerar as múltiplas e simultâneas relações de desigualdade nas quais as pessoas estão inseridas, entendendo que políticas e projetos de intervenção, do mesmo modo e ao mesmo tempo que produzem certa mudança, podem estar também reproduzindo e perpetuando desigualdades.

estruturas associativas e em princípios agroecológicos, parece ser particularmente adequado e eficaz para produzir mudanças nos campos econômico e socioambiental, o que, evidentemente, não é pouco. Porém, não devemos pensar a transformação social sem considerar as múltiplas e simultâneas relações de

desigualdade nas quais as pessoas estão inseridas, entendendo que políticas e projetos de intervenção, do mesmo modo e ao mesmo tempo que produzem certa mudança,

podem estar também reproduzindo e perpetuando desigualdades. O caso da agricultura familiar presta-se como exemplo dessa situação. Estruturada com base em relações hierárquicas entre homens e mulheres e adultos/as e jovens, tendo na figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar é lugar de opressão intrafamiliar que, entretanto, é vivenciada de modo naturalizado, como se derivada das relações consangüíneas e completamente apartada do universo do trabalho.

Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo.
Uma nova extensão para a agricultura familiar. Anais do Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF: PNUD, 1997.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Sistema de Produção: Uma Perspectiva de Gênero*. Revista Proposta, ano 25, nº 71. Rio de Janeiro: FASE, 1997.



Problemas das mulheres na agricultura familiar

Foram as trabalhadoras rurais, nas oficinas de pesquisa, que traçaram o quadro a respeito dos problemas que as mulheres enfrentam na agricultura familiar, cuja síntese passamos a apresentar.

Um primeiro conjunto de problemas liga-se ao próprio **modelo da agricultura familiar** existente no Nordeste. Do ponto de vista econômico, algumas características da agricultura familiar na região reduzem as suas possibilidades de produtividade, como, por exemplo, a pequena extensão de terra, a baixa qualidade do solo, a reduzida capacidade de investimento por parte das famílias e, como consequência das anteriores, a insustentabilidade financeira dos estabelecimentos.

A rigidez do modelo de agricultura familiar, baseado na idéia de família composta de pai, mãe e filhos/as, não prevê a descontinuidade nas gerações nem favorece mudanças para os/as filhos/as que estudam. O fato de basear-se na chefia masculina da família produz inúmeras consequências negativas para as mulheres, entre elas o título da terra estar, na grande maioria das vezes, em nome do homem. A ação da mídia provoca novos desejos e expectativas de consumo entre os/as jovens, que, por sua vez, tornam-se insatisfeitos/as com a sua realidade. A dificuldade de acesso à escola — distante e não apropriada à realidade rural — também contribui para a falta de perspectiva entre os/as jovens, que passam a desejar exercer outras atividades.

Do ponto de vista das **relações de trabalho**, as mulheres apontaram inúmeros problemas. É consenso entre elas o fato de que os homens, nos papéis de marido e pai, dominam o trabalho das mulheres e dos/as filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo da produção que envolva toda a família, o que incluiria as decisões sobre plantio, criação, colheita, comercialização e usufruto da renda. O excesso e a variedade de atividades desenvolvidas pelas mulheres implicam sobrecarga de trabalho e dificuldades de planejamento e controle sobre as mesmas. A contratação de mão-de-obra temporária é feita de diferentes maneiras e utiliza-se de várias formas de pagamento, como a troca de serviços, o pagamento em produtos etc., o que traz dificuldades para se manter a continuidade dos rendimentos. Além disso, quando são contratadas, as mulheres recebem menos que os homens.

Há, evidentemente, problemas ligados especificamente ao **poder do homem na família**. A chefia e o maior poder masculino na família mantêm o controle do dinheiro nas mãos do homem, deixando à mulher apenas o dinheiro para as pequenas despesas domésticas, o que reduz — e, em muitos casos, impede — a autonomia das mulheres.

A chefia e o maior poder masculino na família mantêm o controle do dinheiro nas mãos do homem, deixando à mulher apenas o dinheiro para as pequenas despesas domésticas, o que reduz — e, em muitos casos, impede — a autonomia das mulheres.

Em muitas ocasiões, os recursos da Licença Maternidade também são apropriados pelo homem, numa clara violação dos direitos das mulheres. As oportunidades de lazer e descanso das mulheres são reduzidas ou inexistentes e, infelizmente ainda, só o homem é reconhecido como

trabalhador, produtor e proprietário rural, restando às mulheres a identidade de dona de casa e não a de trabalhadora, produtora ou proprietária rural.



No que se refere à **produção**, um dos problemas centrais é o fato de ser quase que totalmente direcionada para o consumo familiar, havendo pouca possibilidade de geração de renda. Além disso, há diferenciação no acesso a equipamentos agrícolas por homens e mulheres a depender de que via é utilizada para isso — cooperativa, associação, relações políticas e pessoais —, sendo os meios formais e institucionais mais acessíveis para eles do que para elas. A infra-estrutura de produção, por sua vez, é extremamente precária. A ausência de saneamento básico afeta diretamente o cotidiano das famílias, aumentando a carga de trabalho das mulheres.

A **precariedade das estradas** dificulta a comercialização dos produtos e a geração de renda, bem como o contato com outras comunidades e com as áreas urbanas e o acesso a serviços públicos. Além disso, a ausência de políticas públicas leva a coletividade a encontrar soluções próprias para seus problemas e suas necessidades, situações em que a população, e não o Estado, se responsabiliza pelo bem-estar coletivo, por exemplo, ao utilizar o transporte de uma cooperativa como ambulância.

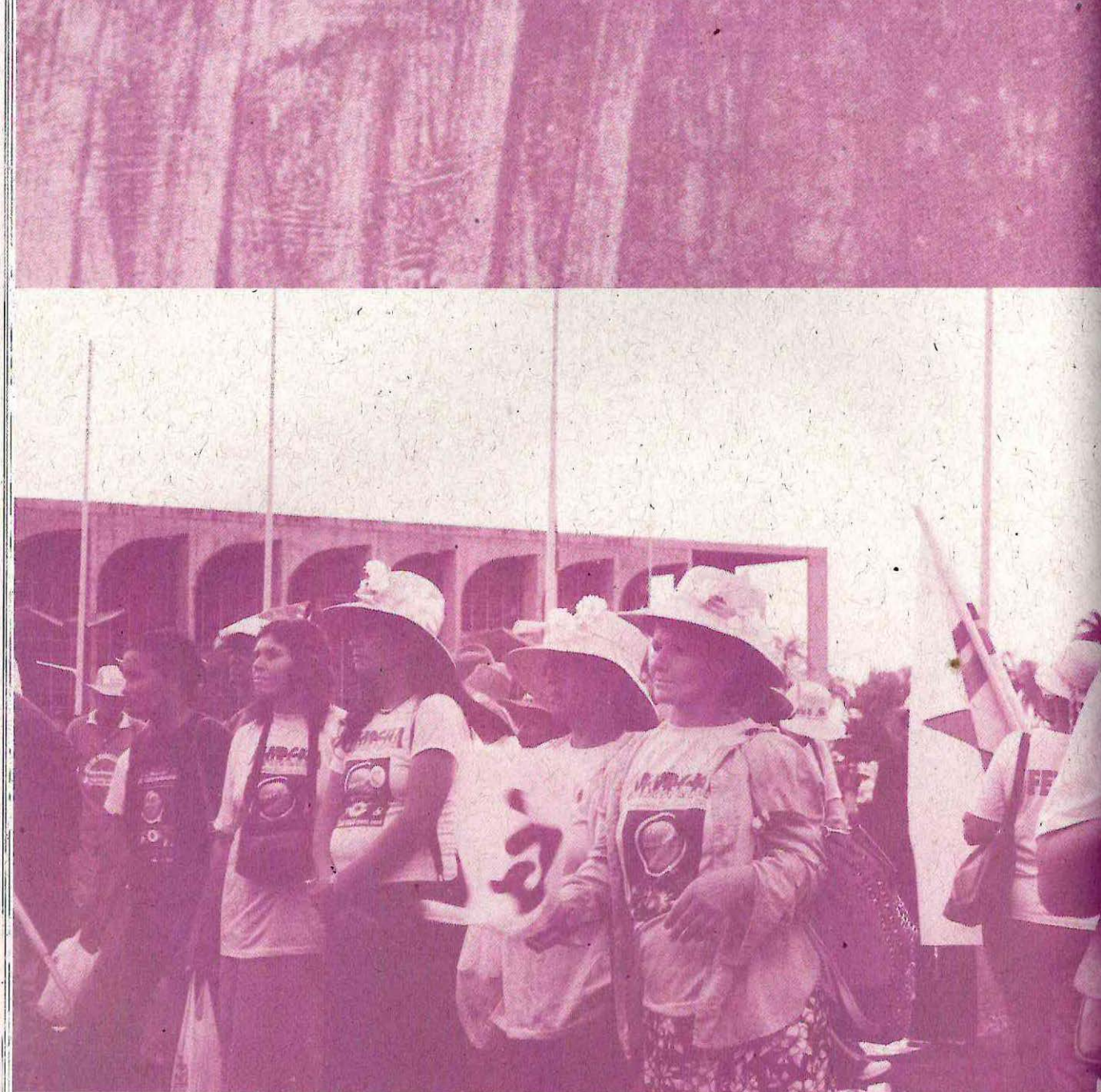
Já as **condições precárias de moradia** trazem prejuízos adicionais às mulheres e crianças, pelo fato de passarem mais tempo em casa e realizarem as atividades domésticas. A utilização da casa como curral afeta as condições de moradia e saúde e aumenta a sobrecarga de trabalho das mulheres. Nos anos de boa safra, a utilização de cômodos da casa como armazém prejudica as condições de alojamento da família, deixando-a confinada e exposta a problemas de saúde, como alergias e doenças de pele, e provocando o aparecimento de roedores.

O **acesso ao crédito agrícola**, em função da complexidade dos requisitos exigidos, ainda é muito irregular e dependente da rede de conhecimentos e da posição pessoal de cada um diante de quem oferece e de quem gere os créditos, o que coloca as mulheres, mais restritas à casa do que ao espaço público, em situação de desvantagem diante dos homens. Mas considera-se que o acesso a pequenos créditos melhorou consideravelmente nos anos 2000. Formalmente, o acesso ao crédito está ligado à posse da terra e à chefia da família, que, por sua vez, costumam estar em nome dos homens, ainda que a lei faculte esse direito às mulheres.

A **comercialização** é, em si, um grande problema, já que a relação entre o mercado globalizado e a agricultura familiar é perversa, com os produtos de multinacionais que chegam até as vendas nos povoados gerando uma condição de competição desigual com os produtos locais. O mercado global não valoriza os produtos da agricultura familiar e há dificuldades para a comercialização, mesmo em pequena escala, nos mercados locais.

Finalmente, o **acesso das mulheres à capacitação técnica** é restrito: não há estímulo para isso e são muitas as dificuldades que elas encontram para participar dos cursos, sendo a principal a sobrecarga de trabalho. Do ponto de vista da **participação**, a sobrecarga de trabalho e o controle masculino sobre a vida das mulheres são uma grande dificuldade para que elas ampliem a sua ação política.





A presença das mulheres nos movimentos sociais

Falar da agricultura familiar como um problema público para o desenvolvimento do país foi possível a partir da ação política dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais, que colocaram na agenda política nacional a necessidade de programas públicos para impulsionar a agricultura familiar. As propostas políticas voltadas para a agricultura familiar inserem-se nas proposições gerais dos movimentos sociais pela reforma agrária e pelo desenvolvimento sustentável, embora não se possa afirmar a existência de um vínculo automático entre agricultura familiar e sustentabilidade ambiental.

Embora haja uma maior valorização da diversidade e dos cuidados com a preservação da natureza na agricultura familiar, é preciso reconhecer, porém, que esta não é uma característica válida para toda a agricultura familiar, encontrando-se também muitos casos de degradação ambiental nesse tipo de estabelecimento agrícola, como é o caso das queimadas, do uso de agrotóxicos etc. Essas questões têm vindo a público a partir do trabalho de várias organizações da sociedade civil que desenvolvem propostas para a agricultura familiar baseadas na agroecologia como recurso que possibilita não só a preservação ambiental, mas também o aumento de produtividade em pequenos contingentes de terra.

Assim como o movimento sindical e os movimentos sem-terra, também os movimentos ligados à agroecologia têm se colocado como sujeitos políticos nessa nova configuração da agricultura familiar, mas, assim como naqueles movimentos, a incorporação das temáticas ligadas às mulheres nos projetos agroecológicos também enfrenta dificuldades.

Pensar uma política de desenvolvimento rural, portanto, exige reflexões e proposições que vão além da agricultura familiar e que tratem da questão mais ampla das relações sociais no campo. Essa não é, entretanto, uma ausência sentida apenas no âmbito dos governos. Também entre os movimentos sociais e a população, predomina a idéia de um sistema de agricultura familiar no qual as relações entre as pessoas são harmônicas e igualitárias, funcionando na base da reciprocidade e de acordos justos.

Conquistas das mulheres

No movimento sindical rural, a presença e a participação das mulheres foram uma conquista das próprias trabalhadoras rurais. Nas duas últimas décadas, elas saíram do anonimato, do não-reconhecimento como trabalhadoras, para a inserção nas políticas públicas governamentais, ainda que de forma insatisfatória, e para a participação sindical, a ponto de alterarem a designação auto-atribuída por esse movimento, que passa a se designar, pelo menos nos seus documentos, como Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. A presença das mulheres no sindicalismo rural ainda é visivelmente minoritária em termos de direções, entretanto, elas criaram comissões e secretarias no interior dos sindicatos, das federações e da confederação nacional e conseguiram estabelecer, nas pautas de reivindicações da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, propostas específicas, dirigidas ao enfrentamento da situação das mulheres na agricultura familiar.

São muitas as vitórias das mulheres rurais nesse período. A articulação dos Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais dos três estados da Região Sul fez uma campanha,



junto com a então comissão e hoje Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT, pelo reconhecimento da mulher como trabalhadora rural no Censo Demográfico conduzido pelo IBGE. O Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste realizou uma intensa campanha pela documentação das mulheres como mecanismo fundamental de acesso aos direitos. O Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu unifica grupos e associações de mulheres dos estados do Tocantins, do Maranhão, Piauí e Pará, em torno da proposta do “babaçu livre”, isto é, do direito à extração de babaçu nos palmeirais, mesmo em terras particulares, e a políticas que favoreçam o seu beneficiamento e a sua comercialização.

No plano legal, a Constituição de 1988 garante igualdade de direitos entre trabalhadores/as urbanos/as e rurais e entre trabalhadores/as com vínculo empregatício permanente e trabalhadores/as avulsos/as; igualdade de benefícios da Previdência Social entre trabalhadores/as urbanos/as e rurais; patamar mínimo de benefício da Previdência Social igual a um salário mínimo; garantia de proteção contra qualquer discriminação

no trabalho; licença-maternidade de 120 dias; direito à titularidade da terra; contribuição previdenciária para a produtora em regime de agricultura familiar; e aposentadoria aos 55 anos de idade ou aos 30 anos de serviço.

Desde 2003, os movimentos de mulheres rurais incorporaram ao *Grito da Terra Brasil* propostas que tinham como objetivo garantir o acesso das mulheres à terra, com base na avaliação dos critérios e procedimentos do cadastramento de pretendentes a beneficiárias dos assentamentos e na avaliação do Sistema de Informações dos Processos de Reforma Agrária – Sipra, adequando esses critérios de maneira a assegurar a titulação conjunta de mulheres e homens. Também foi incorporado um conjunto de outras problemáticas ligadas a políticas públicas que demonstram a preocupação do movimento sindical com outras áreas da vida social para além da produção. A efetivação de políticas públicas para o campo ligadas às questões de saúde, saneamento, educação, programas sociais, direitos da criança e da juventude etc. pode contribuir para a geração de condições mais favoráveis para a realização das atividades produtivas e reprodutivas, que, além de contribuírem para a melhoria das condições de vida de toda a população, afetam significativamente a vida cotidiana das mulheres no que toca à redução da carga de trabalho e à construção das possibilidades para o usufruto de uma verdadeira cidadania.

O chamado à sindicalização teve uma resposta significativa por parte das trabalhadoras, o que, por sua vez, provocou mudanças importantes nas estruturas sindicais: aumenta o número de sindicalizadas em todo o País; surgem as primeiras diretoras de sindicatos, de federações e da Contag; instituem-se cotas para participação em congressos e processos eleitorais; e criam-se comissões e secretarias de mulheres em todos os níveis do movimento sindical rural e nas estruturas da CUT.

Em um duplo movimento, as mulheres rurais mantêm a sua organização autônoma e constroem novas formas de participação em diferentes movimentos sociais. Deve-se levar em conta a importância e os conflitos contidos na estratégia de organização das mulheres por dentro das estruturas “mistas” dos movimentos sociais e sindicais.

lembrando que, no interior dessas organizações, as relações de hierarquia e desigualdade de gênero ainda estão presentes. Nesse contexto, a estratégia de organização de instâncias específicas de mulheres no interior das organizações mistas exige a reflexão permanente sobre a relação entre essas instâncias e a dinâmica geral da organização, no sentido de não correr riscos de uma prática segregatória da participação das mulheres, o que poderia causar uma reificação da desigualdade política.

Alguns movimentos de mulheres no campo vêm buscando, nos últimos anos, novas formas de auto-identificação que não se prendam aos limites colocados pela definição de agricultura familiar ou pequena produção e que sejam capazes de incorporar a diversidade da vida e do trabalho nas áreas rurais. Nesse debate, ainda inconcluso no movimento de mulheres, estão postos em discussão os termos: *camponesas*, *mulheres rurais*, *trabalhadoras rurais*, *agricultoras familiares*, etc. Mas, independentemente de suas nomeações, os movimentos de mulheres na área rural são sujeitos importantes da conquista de direitos em um universo tão complexo como é o da produção agrícola brasileira.

Bibliografia

ÁVILA, Maria Betania. Mulheres, Participação Política e Poder. In: *Mulher, Participação e Poder*. São Paulo: Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, 2003.



Como provar os anos de capina... E todo aquele trabalho em casa?

As duas maiores categorias de trabalhadoras do Brasil são também as que nos apresentam os maiores desafios conceituais e políticos relacionados à natureza e aos modos de expressão do trabalho. As trabalhadoras domésticas, porque realizam direta e exclusivamente atividades no âmbito privado dos domicílios, o que transforma em emprego aquilo que, para muitas mulheres, é ato cotidiano de sobrevivência e reprodução da vida humana. Já as trabalhadoras rurais, e em especial as agricultoras familiares, vivem e trabalham no espaço sem limites entre os afazeres domésticos e as atividades agrícolas, sendo estas, na maior parte das vezes, integradas àquelas e destinadas ao puro consumo familiar. Visto de um determinado ângulo, isso confere um estatuto ambíguo às atividades agrícolas desempenhadas pelas mulheres, que se expressa na recusa dos órgãos públicos, da academia e da própria sociedade em atribuir-lhe valor econômico ou importância no sistema produtivo.

Diretamente identificado às atividades domésticas ou percebido mais como “ajuda” do que propriamente como trabalho, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura familiar é parte de um sistema mais amplo de valores e representações sociais que expressam as desigualdades de gênero. Baseado na complementaridade e reciprocidade entre os indivíduos, esse sistema aloca claramente o que é atributo de mulheres e de homens, marcando distintamente os mundos feminino e masculino. O trabalho agrícola

das mulheres é concebido como “ajuda” porque é considerado fora de sua atribuição própria, que são as atividades domésticas, mas por realizar-se com frequência diária, associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por afastarem-se de sua atribuição própria, que são as atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores, o trabalho feminino vale menos e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância.

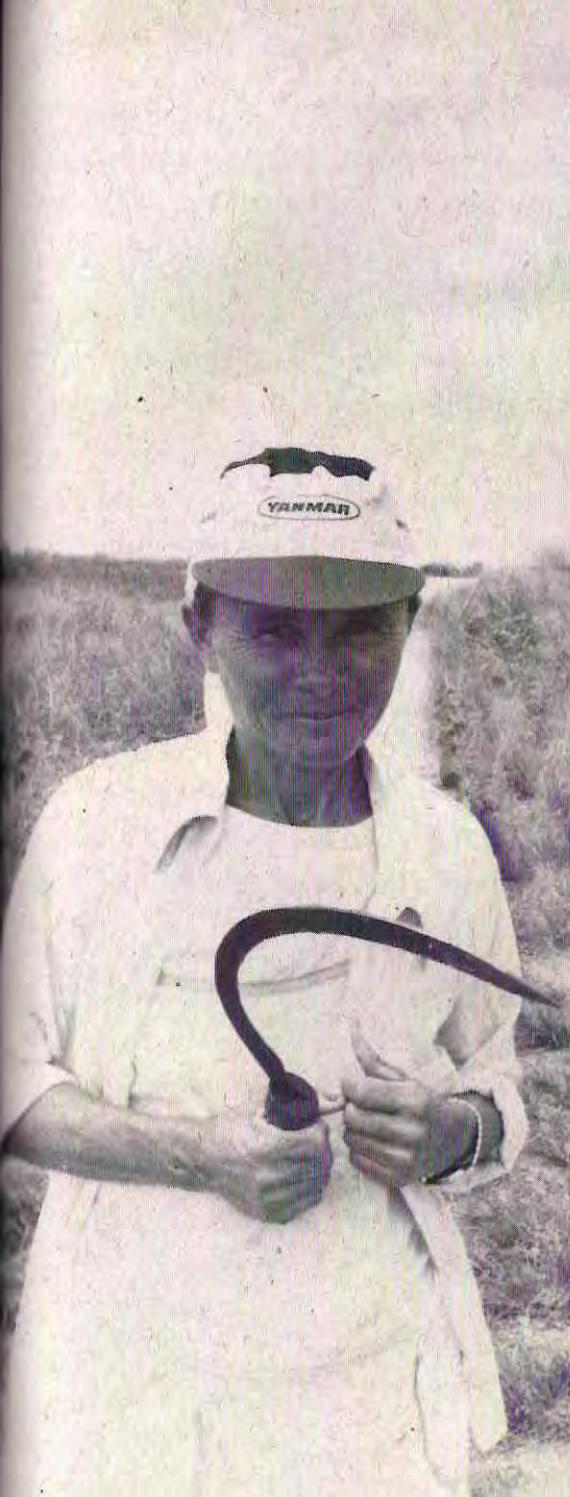
Essas definições existem no senso comum e orientam o cotidiano das pessoas envolvidas em atividades agrícolas, negando o valor propriamente econômico do trabalho das mulheres. Além disso, tornam-se um problema quando são transferidas para a esfera pública e passam a orientar políticas e programas governamentais e não-governamentais, reproduzindo relações sociais que estão longe de serem justas e igualitárias.

No caso da propriedade familiar, as convenções utilizadas para descrever e medir a atividade têm um papel crucial. Mulheres, crianças e pais do chefe de família podem ou não ser considerados/as “ativos/as”: a participação no trabalho no campo pode ser mais

ou menos importante; o meio social e institucional, mais ou menos propício à atividade feminina e à sua declaração. Um exemplo significativo dessa situação pode ser trazido do movimento sindical rural que, até meados dos anos 80, apenas aceitava a sindicalização de homens, porque eram considerados os “verdadeiros” trabalhadores, que tinham

que se organizar em favor de seus direitos. O trabalho agrícola realizado pelas mulheres, por ser “ajuda”, sequer era visto pelos dirigentes sindicais.

Como provar os anos de capina, plantio, colheita, cuidados com galinhas, porcos, cabras, a horta do quintal, o pomar, a manteiga, o queijo, o carvão, o azeite de babaçu?



Parte da mesma engrenagem era a norma do INSS que exigia que, para ter direito à aposentadoria, a mulher rural comprovasse a sua condição de trabalhadora, já que, em primeira instância, ela era “doméstica” e não trabalhadora. Se lembrarmos que essa é uma concepção cujas raízes estão no senso comum, podemos imaginar as dificuldades encontradas pelas trabalhadoras para provar a sua condição de agricultoras: se o que faziam nunca foi visto como produção, é de se esperar que elas não tenham nota fiscal e tampouco carteira do sindicato, já que aí só se aceitavam os homens.

Como provar os anos de capina, plantio, colheita, cuidados com galinhas, porcos, cabras, a horta do quintal, o pomar, a manteiga, o queijo, o carvão, o azeite de babaçu? O círculo se fecha, e a consequência seria a negação de um direito — universal apenas na letra da lei — se não fosse a lenta e segura rebeldia que emergiu entre as mulheres no início dos anos 80.

Foram a reivindicação da identidade de trabalhadora rural e a recusa à identidade de doméstica ou dona de casa algumas das primeiras motivações do Movimento da

Mulher Trabalhadora Rural no Brasil. Aos homens não se lhes negava a identidade baseada na atividade produtiva, embora lhes faltassem direitos. Às mulheres, tudo lhes era negado. Identidade e direitos: o que faziam no campo da produção não era socialmente percebido e era completamente englobado pelas atividades domésticas, que, por sua vez, não eram — como ainda não são — definidoras de direitos por si só.

A identidade de trabalhadora, portanto, passa a ser o tema central da mobilização de trabalhadoras rurais nos anos 80. Tornar visível o que faziam, especificando e detalhando cada atividade e o tempo que levavam para realizá-la; revelar a dupla ou tripla jornada de trabalho, as consequências do excesso e das más condições de trabalho para a sua saúde física e mental; apresentar com clareza o modo como acontece a divisão sexual do trabalho nas áreas rurais e o modo como estão excluídas dos lugares “nobres” e rentáveis do sistema produtivo, bem como dos lugares de decisão da estrutura sindical e política dos trabalhadores: estas foram as tarefas a que se dedicaram os movimentos de mulheres rurais que então atuavam no Brasil.

Como vimos, é possível destacar significativas de vitórias desde então: o direito de sindicalização e o crescimento real do número de mulheres sindicalizadas e, mais importante, de diretoras de organismos sindicais; e o reconhecimento da identidade de trabalhadora por parte de muitos programas e políticas governamentais.

Embora a legislação permita o acesso das mulheres à propriedade e ao crédito rural, dificilmente as mulheres conseguem negociar terra ou recursos financeiros em seu próprio nome. Nos povoados em que fizemos a pesquisa, no caso da terra, as poucas exceções são algumas das mulheres chefes de família, a quem, por herança ou partilha de bens após a separação, coube a propriedade da terra em que residiam com a família. A existência da legislação, portanto, não tem sido suficiente para produzir mudanças significativas no que toca à propriedade e titularidade da terra.

No caso do crédito, escasso ou inexistente em todas as localidades que estudamos, as mulheres a ele tiveram acesso apenas para as atividades de artesanato à base de sisal, no

povoado de Recreio (Valente – BA). A outra situação de existência de crédito foi para a fruticultura no Assentamento Maceió (Itapipoca – CE) mas, nesse caso, não encontramos mulheres como responsáveis por esses recursos. Essas duas situações reforçam a idéia de segmentação das atividades, na qual cabe aos homens a agricultura e aquilo que dela se aproxima e, às mulheres, aquilo que dela se distancia, ainda que, de diferentes maneiras, tenha origem no trabalho com a terra ou com os animais. Por outro lado, as duas situações podem ser também compreendidas como demonstrações importantes da busca de alternativas rentáveis no sistema de agricultura familiar.

As frutas do Assentamento Maceió, cultivadas lado a lado da lavoura tradicional e integradas a um amplo e diversificado conjunto de atividades, são expressamente direcionadas para o comércio, tornando-se uma fonte de recursos significativa; inclusive pela possibilidade de produção em grande escala. O caso do povoado de Recreio, porém, nos traz outra situação, pelo fato de ter sido constituída uma associação de artesãs em torno do trabalho das mulheres e voltada para elas mesmas, a partir de uma atividade tradicionalmente considerada como feminina e dirigida apenas para responder às necessidades domésticas imediatas. Rompendo o círculo estritamente familiar em que se originou, a associação organiza-se de modo profissional, interagindo e articulando-se a outros sujeitos e produzindo para o mercado externo, uma vez que está articulada ao complexo produtivo da região sisaleira, organizado em torno da Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia – Apaeb/Valente.

Os rendimentos daí advindos ainda não são suficientes para que se diga que o artesanato se constituiu, de fato, em uma alternativa sólida e duradoura no contexto da agricultura familiar; mas o modelo de organização produtiva e os seus impactos sobre o trabalho e a vida das mulheres nos parecem merecedores de uma maior atenção.



Sem hora pra acabar: A jornada contínua de trabalho das mulheres

O cotidiano das mulheres rurais é marcado por uma situação de trabalho permanente e continuada, com grande diversidade de tarefas, que incluem a criação das condições de reprodução da família e, portanto, da reprodução da força de trabalho necessária às atividades produtivas propriamente ditas. Além de extenuante e fonte de numerosos problemas de saúde, é um trabalho que, como vimos, não é socialmente reconhecido como trabalho, mas sim como desígnio próprio de mulheres. Isto nos leva à reflexão sobre a gestão familiar da unidade produtiva, elemento-chave para o conceito de agricultura familiar.

As relações de poder entre as diferentes pessoas que trabalham, homens e mulheres, são hierárquicas, com maior prejuízo para as mulheres; isso torna evidente que a gestão da produção não é igualitária ou compartilhada. Muito pelo contrário, as decisões sobre produção, comercialização e, muitas vezes, consumo são marcadamente masculinas e centradas no homem adulto, que, nesse caso, cabe bem na terminologia *chefe de família*, pois realmente chefia uma unidade produtiva que é, ao mesmo tempo, um grupo unido por laços de afeto e/ou de parentesco.

O trabalho produtivo das mulheres, portanto, não se insere no espaço público. Desenvolve-se em torno de uma família que, por sua vez, tem um chefe que, em geral, é um homem. O acesso ao mundo público, já dificultado pelas condições de moradia,

de transporte e pelo reduzido acesso e usufruto de direitos, muito mais se agrava quando a situação de trabalho produtivo se dá em um *continuum* com o trabalho reprodutivo, confundindo-se com este e sendo socialmente restrito ao espaço privado.

Também o tempo ganha aqui contornos diferenciados quando comparado ao tempo de trabalho no mundo urbano. A idéia de jornada como marcação de tempo, como algo que tem início e fim no decorrer de um dia, praticamente não se aplica a esse caso. O tempo de vigília e o tempo de trabalho são praticamente os mesmos, excetuando-se os preciosos momentos de cuidados pessoais e alimentação. O tempo do trabalho articula a produção e a reprodução e, algumas vezes, inclui o precário acesso aos espaços de participação social, que para as mulheres é quase inteiramente confundido com o trabalho comunitário.

Ao comentar a dificuldade que as mulheres encontram para conciliar as suas diferentes atividades, as trabalhadoras que fizeram a pesquisa lembraram que essa situação é particularmente agravada nos casos em que a roça fica muito afastada da casa, o que também dificulta a participação das mulheres no trabalho agrícola, já que, sendo longe, elas não poderiam também dar conta das tarefas domésticas. A roça perto de casa inclui o trabalho agrícola, mais intenso e que requer grande esforço físico na jornada de trabalho das mulheres. Longe da residência, no entanto, a roça não garante às mulheres uma jornada menor de trabalho, já que, ao chegar em casa, elas serão responsabilizadas pelo trabalho doméstico e ainda, em alguns casos, pelo beneficiamento de produtos.

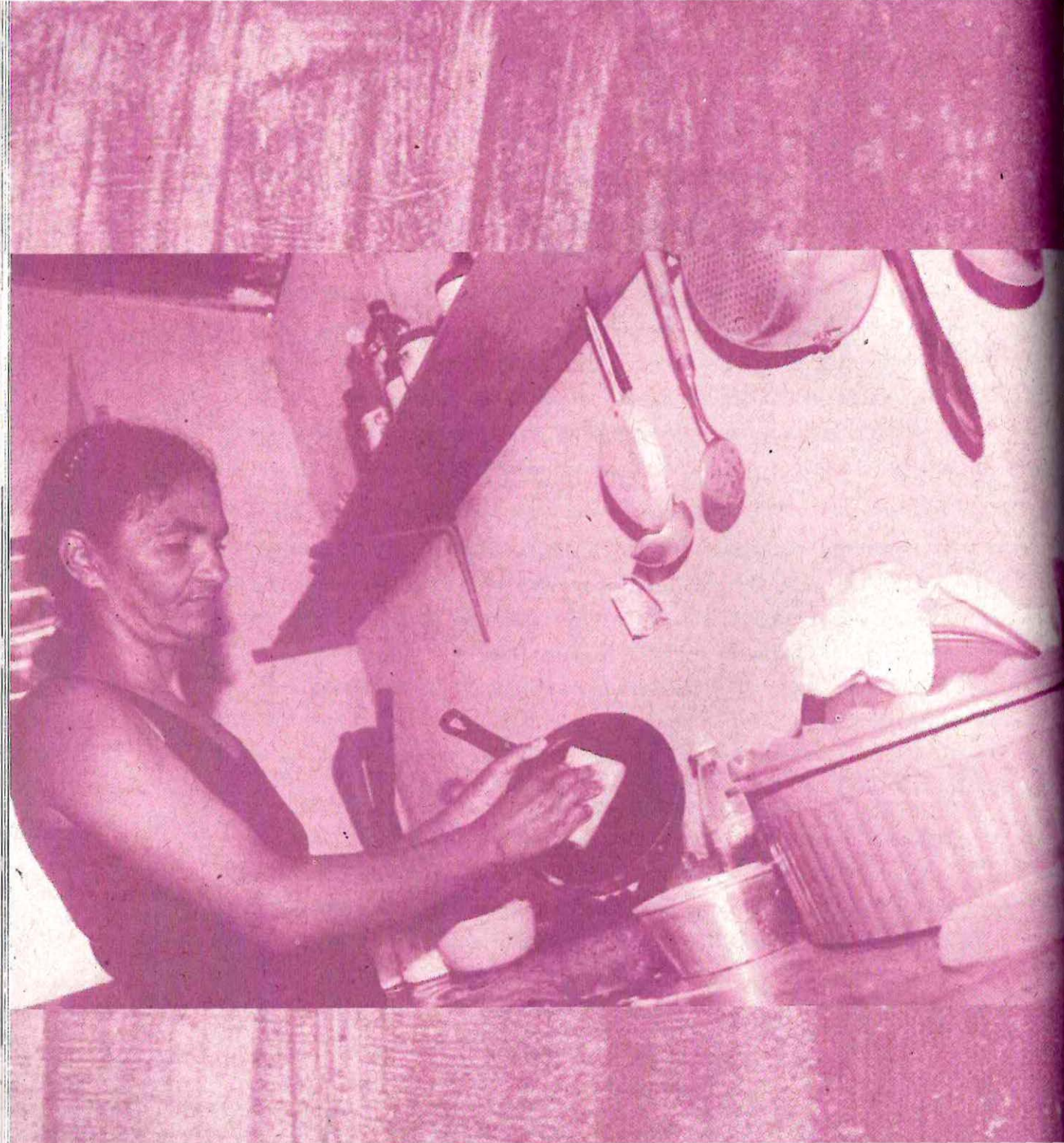
As trabalhadoras rurais lembraram que as mulheres mais velhas costumavam levar as crianças para a roça, sendo comum encontrar pequenas tendas próximas aos roçados, onde as crianças dormiam, comiam, brincavam e também faziam as atividades de roça “adequadas à sua idade”. Entre as mulheres presentes à oficina, apenas uma experimentou essa situação, mas referiu que o fazia porque era obrigada pelo marido a ir para a roça. Embora ela gostasse — e ainda goste até hoje — do trabalho de roça, recorda que, a depender de sua própria vontade, não levaria as crianças com ela.

As tarefas e os dias

Em época de chuva, levanto às três da manhã. Faço fogo e café. Ponho feijão no fogo, tomo café. Às cinco horas, vou pra roça. Ando uma hora e trinta minutos a pé. Preparo a terra e planto milho e feijão-de-corda. Arranco andu, palma e capim. Mudo o cavalo, boto ração pra vaca, galinha e porco e levo o almoço (a bóia-fria). Às cinco horas, volto da roça... Vou cuidar dos animais, escolher feijão, cuidar da janta. Chamo os filhos pra rezar e vou dormir às oito da noite.

Num dia de verão, acordo às três da manhã, vou buscar água salgada, ida e volta leva uma hora. Carregó lenha durante a seca, pra ter no inverno, e onde acho lenha, derrubo de machado. Cavo “contas de chão” para juntar água no inverno. Cuido dos bichos. Ao meio-dia, tomo “fugã”. Começa tudo de novo. Quebro milho, bato milho, faço cerca, faço as coisas de casa. No verão, durmo mais cedo. Escuto a “Voz do Brasil” e vou dormir.

Sábado, no verão, boto água e lavo roupa. É um dos dias de mais tarefa (varrer as telhas, as paredes, lavar a casa). Aproveito os meninos e trabalho o dia todo. Domingo é dia de faxina... Visitar doentes. Vou pra missa “ali”, ando uma hora. Escuto todo dia “Ave-Maria”, às seis horas. É um dia pra comer melhor. Fazer cuscuz, matar galinha. Durmo à mesma hora. Vou à associação: Vou à festa de casamento. Vou à reunião das mulheres.”



Divisão do trabalho entre homens e mulheres: uma situação injusta e desigual

Na perspectiva do feminismo, importa problematizar não apenas o valor econômico e o lugar sociocultural do trabalho das mulheres, mas também aprofundar a compreensão a respeito da natureza familiar desse trabalho e do próprio sistema produtivo no qual está inserido, sem deixar de entender a família como um lugar historicamente central de subordinação das mulheres.

A divisão do trabalho entre homens e mulheres é, em primeiro lugar, a destinação do trabalho produtivo aos homens e a atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, com a “dispensa” do trabalho doméstico aos homens. Ao mesmo tempo, são cada vez mais numerosas na nossa sociedade as mulheres que entram e se mantêm no mercado de trabalho. Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina, mesmo quando uma e outra são idênticas, em um processo no qual o valor induz a uma hierarquia social.

Por toda parte e sempre, o “valor” distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: produção “vale” mais que reprodução; produção masculina “vale” mais que produção feminina

Nos últimos trinta anos, por exemplo, crescem as taxas de atividade feminina, mas a inserção das mulheres no mercado de trabalho é bipolarizada, apresentando um pequeno número de profissionais altamente qualificadas, ocupando posições de prestígio e relativamente bem remuneradas, e uma imensa maioria de trabalhadoras ditas *não qualificadas, mal remuneradas e não valorizadas socialmente*.

O desemprego aberto e o desemprego oculto pelo desalento entre mulheres são maiores que entre homens; também a precariedade e a vulnerabilidade no emprego são maiores para as mulheres do que para os homens. Uma expressão direta dessa hierarquia é o fato de que as duas maiores categorias de trabalhadoras brasileiras são as de trabalhadoras rurais e as de empregadas domésticas.

Compreender o trabalho das mulheres na agricultura familiar com base na noção de “divisão sexual do trabalho”, percebendo que a sociedade atribui às mulheres a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, exige expressar claramente o que entendemos por *trabalho produtivo*, *trabalho reprodutivo* e por *trabalho doméstico*. Mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, assim como os homens, realizam o chamado *trabalho produtivo*, ou seja, aquele que produz mercadorias, o que inclui, por exemplo, as atividades agrícolas voltadas para a comercialização. Mas também no mercado de trabalho há postos voltados para as atividades ligadas à reprodução social, ou seja, para a geração de condições que garantam a manutenção da vida social e que não estão, *a priori*, inseridas na esfera das relações mercantis, como as atividades dos serviços de saúde, educação ou manutenção das cidades. Esse é o trabalho considerado reprodutivo em âmbito público, muito embora, na situação atual, grande parte dele esteja privatizado.

Porém, para a reprodução da vida social, um outro tipo de trabalho é utilizado pela sociedade, o trabalho doméstico, que ocorre, majoritariamente, no interior das residências e nos seus arredores. Para nós, o que define o trabalho doméstico no âmbito da agricultura familiar, todavia, é o tipo de atividade e não o espaço restrito de sua realização.

Consideramos trabalho doméstico aquele que tem como objetivo a manutenção da família em todos os aspectos: limpeza de roupas e da casa, preparação de alimentos, cuidados com crianças e idosos etc. Essa idéia é particularmente relevante para pensarmos esse tipo de trabalho no âmbito rural, onde, muitas vezes, atividades como lavar roupas e apanhar lenha ocorrem fora do espaço residencial, constituindo-se como um “espaço doméstico estendido”, que alcança o riacho, o matagal e outros arredores.

Esta pesquisa representa um exercício de compreensão sobre o modo como homens e mulheres vêem uns/umas aos/às outros/as — e o quanto se vêem — na realização do trabalho em unidades de agricultura familiar. Nos povoados, foram entrevistados/as todos/as os membros das famílias escolhidas que tinham mais de dezoito anos. Houve uma relativa coincidência entre as respostas de homens e mulheres no que se refere à descrição genérica das atividades desenvolvidas no estabelecimento agrícola e alguma divergência quando se tratava de identificar quem fazia o quê e quem era o/a principal responsável pela tomada de decisões naquele campo específico da produção.

Estão em jogo aqui as representações sociais sobre trabalho e seu valor, que são fortemente marcadas pelas relações de gênero. Segundo as trabalhadoras que fizeram a pesquisa, o trabalho valorizado na agricultura familiar é o da enxada, o trabalho pesado, ou seja, é isso o que aparentemente diferencia e valoriza o trabalho dos homens diante do das mulheres. Nem mesmo as outras tarefas da roça, como a colheita e a sementeação, são consideradas propriamente trabalhos, e, ressalte-se, essas são tarefas que, assim como cuidar de animais, horta e pomar, são feitas indistintamente por homens e mulheres. Para os homens, trabalho é apenas o pegar na enxada ou no machado, e isso pode ser determinante para o restante dos membros da família, pois são os homens que ainda têm o peso da autoridade e que, portanto, têm o poder de definir e nomear o vivido. Muitas vezes, o trabalho das mulheres é referido, também pelas próprias mulheres, como apenas complementar ao trabalho pesado realizado majoritariamente pelos homens.

Produção nos Estabelecimentos Agrícolas Familiares

As principais atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares pesquisados são o cultivo de roça — basicamente arroz, milho, feijão e mandioca —, a criação de animais e, em pouco mais da metade dos casos, o pomar. As demais atividades são realizadas em apenas 30% dos casos. As respostas masculina e feminina se aproximam mais quando falam das tradicionais atividades de roça, criação e comercialização, que são também as mais visíveis para a sociedade em geral, e se afastam à medida que as atividades estão fora da roça, da criação e da comercialização. O extrativismo, o beneficiamento e o pomar são as atividades que apresentam as maiores diferenças entre as respostas de mulheres e homens.

De maneira geral, dado o contexto local de pobreza, de ausência de políticas específicas para essa população e, ainda, das condições climáticas adversas nas áreas de semi-árido, a produção nas localidades pesquisadas é bastante baixa, sendo basicamente para a subsistência. No que se refere à criação de animais, são as galinhas e os caprinos os animais mais citados; as primeiras, mais para o consumo doméstico, e os segundos, com maiores possibilidades de comercialização. Em todos os casos, porém, o grau de comercialização é baixo, mesmo quando houve um razoável crescimento da criação, como é o caso dos caprinos.

De acordo com as trabalhadoras rurais inseridas na pesquisa, é importante diferenciar o boi de trabalho do boi de corte. O primeiro é um patrimônio da família — mais caro que o boi de corte — e, além de ser um instrumento cotidiano de trabalho, pode ser vendido ou servir de alimento em épocas de grande necessidade; e o segundo é, de fato, um produto da atividade pecuária, que entra no circuito de comercialização e na composição da renda familiar. A maior parte das famílias que entrevistamos possui apenas boi de trabalho, daí o pequeno número daquelas que comercializam bovinos.



No que se refere à atividade agrícola propriamente dita, incluindo horta e pomar, é preciso, em primeiro lugar, dizer que foram citados mais de cinquenta produtos diferentes, que apresentaram uma distribuição também bastante diferenciada entre as famílias. Na roça, os principais produtos cultivados são o milho e o feijão, mas, mesmo assim, estão presentes em apenas pouco mais da metade das famílias; a mandioca está presente em cerca de 25% das famílias. O coco e a pinha são as frutas mais cultivadas, mas estão em menos de 20% dos estabelecimentos.

No que se refere a roça, horta e pomar, 21,8% das famílias não produziram nada no ano anterior à realização da pesquisa. As trabalhadoras consideram que o pequeno percentual de pessoas que indicou ter horta não reflete a realidade das localidades, já que os pequenos canteiros, cujos produtos são consumidos apenas pela família, não são considerados como plantação e, por isso, não foram citados. Os maiores volumes de produção foram de acerola, produzida por uma única família, e de mandioca. Pouco mais de 70% das famílias, no entanto, não venderam produção alguma e, entre as que venderam, 40% venderam menos de uma tonelada no ano, também somando-se todos os produtos.

Divisão de Atividades por Sexo

No conjunto, perguntamos sobre 92 atividades específicas (quadro 01) que são desenvolvidas nos estabelecimentos de agricultura familiar. Essas atividades foram definidas nas oficinas de pesquisa, tomando como base a experiência e o conhecimento das trabalhadoras rurais, e expressam o modo como elas compreendem o processo de trabalho nas diferentes atividades desenvolvidas em suas localidades, não se pretendendo, portanto, alcançar uma descrição técnica precisa das mesmas.

A partir das declarações das pessoas entrevistadas, podemos dizer que a totalidade dos homens e 80% das mulheres realizam atividades de roça. Homens e mulheres afirmam realizar, praticamente na mesma proporção, as atividades de criação e beneficiamento, sendo as mulheres maioria no pomar, no artesanato e na horta; e os homens, no extrativismo. Esse dado sobre a presença masculina no extrativismo, nesta pesquisa, deve-se às informações produzidas em Recreio (Valente - BA), sobre a extração de sisal, e no Assentamento Maceió (Itapipoca - CE), onde predomina a pesca. A pesquisadora do Maranhão afirma que já existe uma grande presença masculina no extrativismo do babaçu em Mão Cheinha (município de Esperantinópolis), devido às possibilidades de renda imediatas pela venda do produto, seja pela via do coco ou do carvão, mas, de maneira geral, o trabalho com coco babaçu é predominantemente feminino.

Na roça, as mulheres estão, principalmente, na seleção de sementes, no plantio, na colheita e no armazenamento. As filhas, diferentemente dos filhos, apresentam uma participação muito baixa nas atividades de roça. Os homens são considerados os principais executores de todas as etapas do trabalho na roça. Apenas na colheita, há uma participação mais igualitária por parte de todas as pessoas da família.

Na horta, as mulheres são responsáveis por quase todas as etapas do processo de trabalho. As filhas praticamente não participam dessas atividades e os filhos estão mais presentes apenas no preparo da terra. As tarefas de plantio, muda e adubação são



compartidas de modo mais igualitário entre homens e mulheres. No pomar, as responsabilidades de plantio e adubação são mais masculinas, mas as mulheres são as principais responsáveis pela colheita e colocação de água nas plantas. Estas são também as tarefas das quais as filhas mais participam.

A criação de aves é terreno feminino. Com exceção da construção do criatório, elas são responsáveis por todas as etapas do trabalho, inclusive na comercialização, e aqui a participação das filhas é bem maior. Lembramos, porém, que apenas 19% das famílias comercializaram aves nos doze meses anteriores à pesquisa. As mulheres têm uma participação importante na alimentação, oferta de água e prevenção de doenças dos suínos e caprinos, sendo os homens os principais responsáveis pelas demais etapas do trabalho com estes animais.

Aparentemente, há no extrativismo um maior equilíbrio entre homens e mulheres, inclusive no que se refere à comercialização. Há, entretanto, uma diferença relativa ao tipo de produto: a pesca e o sisal, realizados por uma maioria masculina, geram uma maior renda; e o extrativismo de babaçu, realizado majoritariamente por mulheres, tem gerado uma renda menor.

O volume de atividades domésticas corresponde a um acréscimo de quase 60% na carga de trabalho das mulheres.

No artesanato, a responsabilidade é das mulheres, incluída também a comercialização, com as filhas ocupando o principal lugar na produção. Essa atividade ganhou maior destaque na pesquisa a partir das informações do

povoado de Recreio (Valente - BA), onde existe uma grande produção artesanal realizada por mulheres a partir da fibra de sisal.

E, enfim, chegamos às tarefas domésticas. Aqui, as mulheres são as principais responsáveis por 20 das 21 atividades listadas. A única atividade em que os homens são



os principais responsáveis é o conserto da casa. Tarefas que exigem força física, como buscar a água e coletar e rachar a lenha, são majoritariamente de responsabilidade feminina. Mas há uma participação masculina importante nas tarefas que envolvem a saída de casa e o lidar com dinheiro, como a compra de roupas, comida, remédios e também o conserto de utensílios e a coleta de lenha. A presença das filhas nas tarefas domésticas é significativa, especialmente quando a comparamos à sua inexpressiva presença nas outras áreas. Os filhos, por sua vez, estão mais presentes naquelas tarefas que são também realizadas pelo pai.

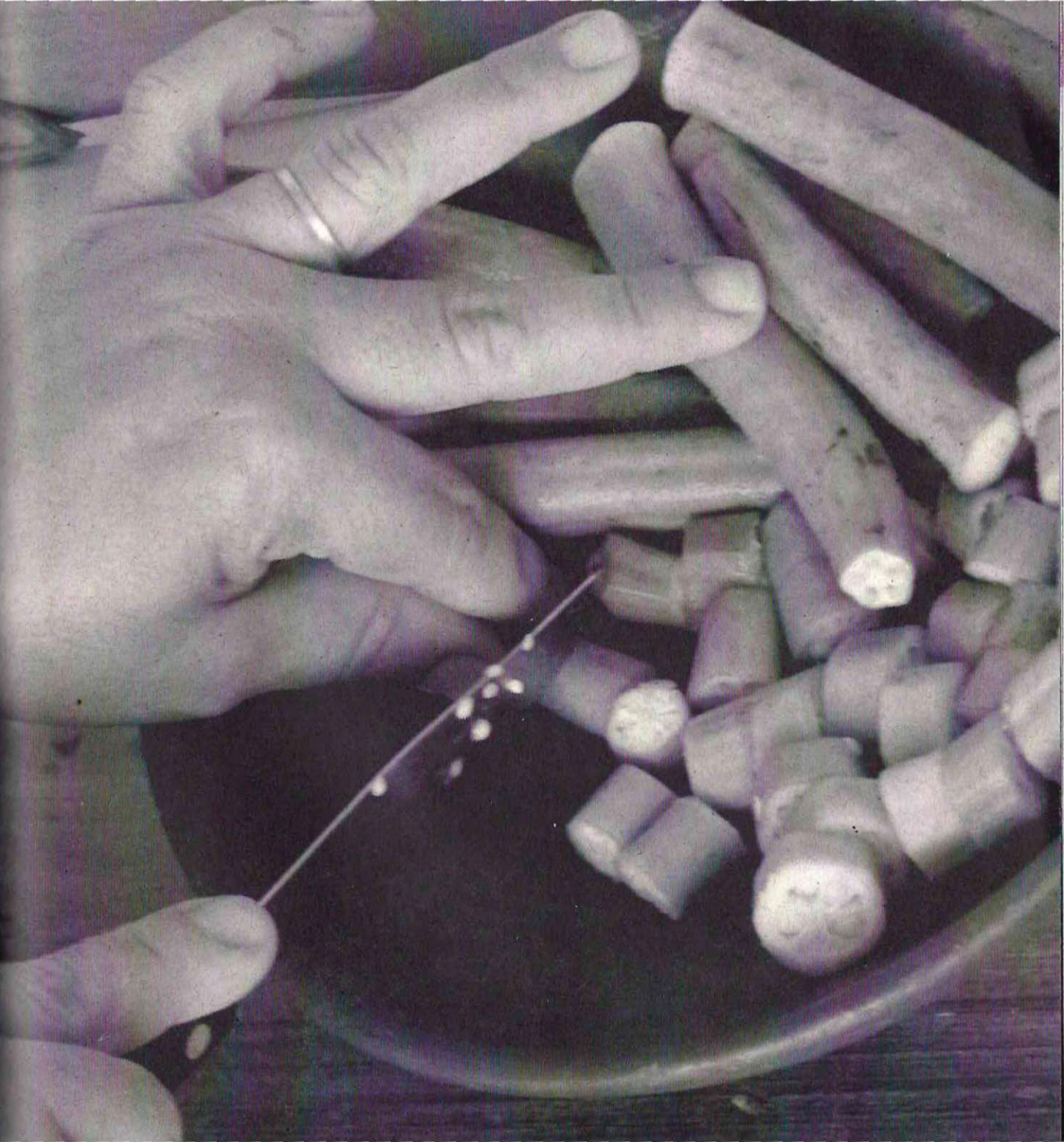
O volume de atividades domésticas corresponde a um acréscimo de quase 60% na carga de trabalho das mulheres. Devemos lembrar, no entanto, que não estamos considerando aqui nem o tempo nem o desgaste físico envolvidos em cada uma das etapas de trabalho, mas apenas a sua simples presença no quadro geral de responsabilidades masculinas e femininas. Do mesmo modo, é preciso ter em mente que uma distribuição igualitária do ponto de vista quantitativo raramente corresponde

a uma igualdade qualitativa, e, como já vimos, as mulheres estão ausentes da comercialização dos produtos da agricultura e da pecuária, os mais rentáveis, tanto quanto os homens estão ausentes das atividades domésticas, que não produzem renda alguma.

Uma leitura mais detalhada do quadro de atividades nos mostra que há grupos de atividades majoritariamente femininas, outros de atividades principalmente masculinas e outros, ainda, que envolvem todas as pessoas da família independentemente do sexo. O trabalho na agricultura familiar, como se vê, é fortemente marcado pela divisão sexual, sendo poucas as atividades que envolvem homens e mulheres na mesma medida de execução e responsabilidade, embora todas contem com a participação de todas as pessoas.

Dados semelhantes foram encontrados em outras pesquisas e têm servido para demonstrar a obviedade de que as trabalhadoras rurais são, de fato, trabalhadoras, e não apenas “donas de casa”, pela simples razão de que estão presentes em todas as atividades do sistema de produção da agricultura familiar.

O tempo de descanso das trabalhadoras rurais é quase nenhum, e a repetição de tarefas que exigem muito esforço físico e organização é extenuante. A descrição de atividades demonstra como, entre a hora de acordar e a hora de dormir, não há praticamente nenhum tempo para si, ou ele se restringe à higiene pessoal, assim como também não há quase nenhuma marcação de jornada que delimite um momento inicial e um momento final de um certo período de trabalho; o que há é uma certa demarcação dada pelo espaço de trabalho: a roça e a casa, quando a roça fica distante do domicílio. Ao se sucederem sem uma demarcação de jornada, o trabalho doméstico e o trabalho produtivo se misturam e se complementam, continuamente, só cortados pelos momentos fundamentais de reposição de energia humana: a alimentação e o sono.



Quadro 01 Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar

Roça	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Destocamento	68,6	16,4	59,7	2,5	4,4
Preparo da Terra	68,6	13,2	58,5	1,9	1,9
Plantio	62,9	45,3	62,3	17	1,9
Limpeza da Terra	63,5	28,9	61	8,2	1,9
Adubação	30,2	13,8	22,6	8,8	1,9
Controle de Pragas	45,9	10,7	22	4,4	1,3
Colheita	61	65,4	52,2	32,7	2,5
Seleção de Sementes	57,2	43,4	14,5	4,4	1,3
Armazenamento	65,4	47,8	32,1	8,2	0,6
Comercialização	50,9	11,9	6,9	1,3	0,6

Horta	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo da Terra	6,3	11,3	5	1,9	0
Preparo do Canteiro	5,2	10,1	1,9	0,6	0
Semeadura	6,3	11,3	1,3	0,6	0
Plantio e Muda dos Canteiros	5,7	6,9	0,6	0	0
Adubação	4,4	5,7	1,9	0	0
Poda ou Desbaste	4,4	5	3,8	0	0
Colheita	5,7	11,9	1,9	0,6	0
Oferta de Água	3,1	10,1	2,5	0,6	0
Comercialização	1,9	1,3	2,5	0	0

Pomar	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo das Mudanças	33,3	23,9	16,4	3,1	0
Plantio	32,1	20,8	21,4	7,5	0,6
Limpeza da Terra	32,7	15,1	27	2,5	0
Coveamento	25,2	11,9	17	1,3	0
Oferta de Água	23,3	28,3	18,9	15,7	1,3
Colheita	25,2	28,9	27,7	16,4	1,9
Comercialização	18,2	11,9	6,3	0	0

Criação de Aves	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	12,6	73	15,1	18,2	1,3
Oferta de Água	8,2	68,6	10,1	15,7	1,3
Prevenção de Doenças	11,3	66,7	8,2	7,5	0,6
Controle do Choco	7,5	71,7	6,9	10,1	0,6
Coleta de Ovos	5,7	69,8	10,7	20,8	0,6
Seleção de Ovos	5	65,4	4,4	8,2	1,3
Controle do Abate	6,3	60,4	5	6,9	1,3
Construção do Criatório	32,7	25,2/	22	3,8	0,6
Comercialização	10,7	40,9	3,8	1,9	0

Criação de Suínos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	9,4	38,4	9,4	4,4	0
Oferta de Água	5	36,5	10,7	5,7	0
Prevenção de Doenças	13,2	25,8	6,9	1,3	0
Vacina	18,2	4,4	6,9	0,6	0
Controle do Abate	30,8	5	5	0,6	0
Controle do Cio	8,8	10,7	6,3	1,3	0
Castração	22,6	0,6	3,8	1,3	6,3
Comercialização	34	5	2,5	1,3	0

Criação de Bovinos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	20,6	5	23,1	0,6	0,6
Roçagem dos Pastos	18,1	1,9	20	0,6	0,6
Oferta de Água	18,8	5	21,3	0,6	0,6
Ordenha	20,6	3,8	12,5	0,6	0,6
Prevenção de Doenças	25	1,3	11,3	0,6	0,6
Vacina	23,8	0,6	10	0,6	0,6
Oferta de Sal	18,1	1,3	9,4	0,6	0,6
Controle do Cio	20	0,6	6,9	0,6	0,6
Apartação de Bezerros	20	1,9	11,9	0,6	0,6
Abate	8,8	0,6	5	0,6	4,4
Comercialização	16,3	0,6	4,4	0,6	0,6

Criação de Caprinos	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Alimentação	18,1	20	17,5	5	1,9
Oferta de Água	13,8	18,1	18,1	5,6	3,1
Ordenha	7,5	15	5,6	0,6	0,6
Prevenção de Doenças	24,4	12,5	6,3	0,6	3,1
Vacina	24,4	2,5	8,1	0,6	5,6
Controle do Cio	13,8	11,9	2,5	0,6	2,5
Abate	27,5	0,6	7,5	0,6	1,3
Comercialização	28,1	5,6	7,5	0,6	1,3

Extrativismo	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Colheita	9,4	13,1	9,4	7,5	1,3
Quebra	7,5	10	3,1	1,9	0,6
Armazenamento	10	9,4	4,4	3,8	0,6
Comercialização	8,8	10	7,5	3,1	0,6
Transporte	8,1	9,4	2,5	1,9	1,3

Beneficiamento	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Todas as Atividades	20,6	25,6	15,6	16,3	8,8

Artesanato	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Preparo de Matéria-prima	3,1	13,8	1,9	9,4	1,9
Produção	3,8	11,3	1,9	12,5	0,6
Comercialização	3,1	11,9	0,6	9,4	1,9

Tarefas Domésticas	Marido	Mulher	Filhos	Filhas	Outros
Cozinhar	7,5	92,5	7,5	38,4	0,6
Buscar Água	11,3	59,7	32,1	33,3	0,6
Lavar Louça	6,3	82,4	7,5	49,7	0,6
Lavar Roupa	5	88,1	6,9	43,4	0,6
Passar Roupa	4,4	74,8	6,9	44,7	0,6
Arrumar a Casa	5,7	82,4	5,7	53,5	0,6
Cuidar dos/as Doentes	14,5	92,5	6,9	15,7	0,6
Levar Doentes à/ao Médico/a	22,6	84,9	6,9	13,8	0,6
Fazer Remédio Caseiro	11,3	93,1	3,1	13,8	0,6
Consertar Roupas	6,3	92,5	2,5	11,3	1,3
Cuidar das Crianças	7,5	91,2	3,1	26,4	0,6
Frequentar Reuniões Escolares	22,6	82,4	1,3	6,9	0
Ajudar Crianças nas Tarefas Escolares	11,9	39,6	11,3	28,9	1,9
Comprar Roupas	27	84,3	35,2	37,7	0
Comprar Comida	55,3	59,7	5	9,4	0
Comprar Remédios	44,7	66,7	5,7	8,2	1,3
Consertar Utensílios Domésticos	39,6	47,2	14,5	3,1	2,5
Consertar a Casa	65,4	17,6	26,4	3,8	2,5
Buscar e Rachar Lenha	36,5	44,7	27	22	0,6
Varrer o Terreiro	10,1	74,2	6,9	44	0,6
Barrear o Fogoão	15,1	55,3	10,7	20,1	1,3

Nota Neste quadro, consideramos a totalidades dos(as) respondentes, ou seja, as respostas de homens e mulheres entrevistados(as) nas comunidades.

Tomada de decisão

É no campo da tomada de decisões, prerrogativa de quem detém mais poder, que se expressa mais claramente a desigualdade entre homens e mulheres. Os homens são os principais responsáveis pelas decisões ligadas à roça e à criação de animais, que, como vimos, são também as principais atividades das unidades produtivas, sendo ainda as que oferecem maiores possibilidades de comercialização. As mulheres responsabilizam-se pelas decisões na horta, cujos produtos são quase exclusivamente para consumo familiar, no extrativismo de coco babaçu e no artesanato, dos quais se comercializa a produção. De responsabilidade de toda a família são as decisões a respeito do beneficiamento e do pomar, também atividades majoritariamente para consumo doméstico. Cerca de 67% das pessoas afirmaram que os homens são os principais responsáveis por toda a venda da produção, contra apenas 17,3% que dizem que as mulheres também comercializam os produtos.

Durante o debate com as trabalhadoras rurais, foi citado como exemplo de maior poder masculino, o fato de que tudo o que é considerado de maior valor monetário

O controle sobre a renda da propriedade, exercido pelo homem em todos os casos em que ele chefia o domicílio, é um dos pilares que sustentam a dominação masculina sobre as mulheres...

(roça e animais de médio e grande portes) pertence “naturalmente” ao homem. Às mulheres, cabe o que é de menor valor, como os pequenos animais ou a farinha. Essa situação reforça (e é reforçada por) a pouca experiência das mulheres no trato com o dinheiro. Mesmo quando o casal realiza conjuntamente atividades

que envolvem dinheiro, como a ida à feira, por exemplo, há uma divisão clara das tarefas: à mulher, cabe a escolha dos alimentos; ao homem, detentor do dinheiro, cabe

o pagamento e a barganha do preço. Quando o homem é considerado “bom”, ele permite à mulher a guarda do dinheiro, mas não a decisão a respeito da sua aplicação.

O controle sobre a renda da propriedade, exercido pelo homem em todos os casos em que ele chefia o domicílio, é um dos pilares que sustentam a dominação masculina sobre as mulheres, seja por lhes retirar o direito de rendimento sobre o seu trabalho e, com isso, afetar diretamente a sua possibilidade de autonomia, seja porque permite ao homem uma liberdade que só existe às custas da privação feminina.

Gosto pelo trabalho

Quanto perguntada sobre a preferência com relação ao trabalho que desenvolvem, a maior parte das pessoas tendeu a dizer que gostava de tudo o que fazia e, por isso, a roça, a criação e o trabalho doméstico foram as atividades mais citadas, mas com variações importantes entre mulheres e homens, que correspondem, basicamente, ao que definimos anteriormente como conjuntos de atividades predominantemente masculinas e femininas. Há, por exemplo, mais homens afirmando preferir o trabalho de roça e mais mulheres que preferem o artesanato. Cerca de 90% das pessoas, sem diferença de sexo, dizem-se satisfeitas com o seu trabalho, mas, mesmo assim, 45% das mulheres e 55% dos homens gostariam de trabalhar em outra ocupação, preferencialmente um emprego com salário e direitos trabalhistas. Esse desejo de ter um emprego foi expressamente justificado pela situação de sofrimento, fome e falta de dinheiro que tem sido característica da vida das pessoas na agricultura familiar no Nordeste.

Bibliografia

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Quadro 02 Divisão Sexual do Trabalho na Agricultura Familiar

Atividades	Femininas	Masculinas	Indefinidas ou familiares
Roça	Nenhuma	Destocamento, preparo da terra, plantio, Limpeza da Terra, adubação, controle de pragas e comercialização	Colheita, seleção de sementes e armazenamento
Horta	Tudo, com exceção de poda ou desbaste e comercialização	Comercialização	Poda ou desbaste
Pomar	Água e colheita	Preparo das mudas, coveamento, plantio, Limpeza da Terra e comercialização	Nenhuma
Aves	Todas, com exceção da construção do criatório	Construção do criatório	Nenhuma
Suínos	Alimentação, água, prevenção de doenças e controle do cio	Vacina, controle do abate, castração e comercialização	Nenhuma
Caprinos	Água e ordenha	Prevenção de doenças, vacina, abate e comercialização	Alimentação e controle do cio
Bovinos	Nenhuma	Todas	Nenhuma
Extrativismo	Nenhuma	Nenhuma	Todas
Beneficiamento	Nenhuma	Nenhuma	Todas
Artesanato	Todas	Nenhuma	Nenhuma
Tarefas Domésticas	Todas, com exceção de conserto da casa, buscar e rachar lenha e compra de comida, remédios e utensílios domésticos	Conserto da casa	Buscar e rachar lenha, compra de comida, remédios e utensílios domésticos

Nota Neste quadro, consideramos o conjunto de respostas coincidentes de homens e mulheres entrevistados(as), ou seja, as respostas em que houve consenso de ambos(as) sobre quem realizava tais atividades.

“Meu grande sonho é ter a mesa farta”

Além de ser quebradeira de coco, eu trabalho fora de casa, em uma secretaria, e ganho R\$ 140,00. Estudei até a quarta série e trabalho com associações de bairros. Além disso, faço extras: costuro, lavo e passo para outras pessoas, porque não dá pra sobreviver só do babaçu. Minha roupa de trabalho é calça, chapéu, tênis e camisa de manga comprida. De setembro a março, durante a semana, é a colheita. O babaçu tem duas fases: colheita e quebradeira. Vou agora falar da colheita. Levanto às cinco da manhã, vou aguardar os canteiros, amolo o machado, preparo o colfo (água, marmita e macete) e deixo o feijão no fogo. Cuido das crianças: faço a comida e arrumo pra escola. Vou colher coco até quatro da tarde. Saio de lá com 10 kg de coco, passo no atravessador e troco por mantimentos. O quilo de coco é R\$ 0,25, e aí eu apuro R\$ 2,50. Cuido do meu marido doente e deito às onze da noite. Namoro, só de vez em quando, pois estou sempre cansada. No sábado, vou à feira, preparo almoço, vou pro açude lavar as roupas da semana, faço faxina na casa e vou às reuniões da igreja e do grupo de mulheres. Em alguns domingos, vou à missa. Capino a horta e preparo a semana. Meu grande sonho é ter a mesa farta. Nos finais de semana, também aproveito pra cuidar da casa, dos filhos, do marido. Boto as fofocas em dia e faço o trabalho de base. No período da entressafra, que é de abril a agosto, a carne do babaçu está seca. Quem tem estrutura armazena a produção, quem não tem vai quebrar de metade. Eu quebro e fico com a metade, já que não posso armazenar. Aí eu vou cuidar da roça, planto arroz, feijão, fava e milho. Cuido também de uma pequena horta, com tomate, pepino, maxixe, quiabo, abóbora, batata-doce, cheiro-verde e cuchá.

Maria de Jesus – Maranhão



Trabalho das mulheres: Sem tempo para a vida

Na pesquisa realizada, procuramos entender como as relações de gênero estruturam as relações de trabalho, produtivo e reprodutivo, no interior do estabelecimento agrícola e como essas relações de trabalho, por sua vez, contribuem para reproduzir as desigualdades de gênero.

O quadro que encontramos nos sete povoados está longe da complementaridade e reciprocidade frequentemente utilizadas para descrever as relações de trabalho na agricultura familiar. A família não é algo homogênea e igualitária por natureza, pelo contrário, é informada pelas relações sociais baseadas no sexo e na idade, o que torna muito mais complexa a tarefa de compreender e democratizar o trabalho na agricultura familiar.

As mulheres são entendidas como as responsáveis e executoras exclusivas do trabalho doméstico e dos cuidados com as crianças, os idosos e os doentes, mas, na prática, são as responsáveis — em geral exclusivas, porém às vezes contando com o apoio de crianças e adolescentes — pelas atividades ligadas a horta, pomar, pequenos animais e beneficiamento de produtos. Além disso, participam, em condições similares às dos homens, das atividades da roça e ainda realizam algumas atividades de pecuária, quando as há. O homem, por sua vez, é entendido como o responsável pela atividade produtiva “em si”, mas, na prática, cuida diretamente apenas da roça e do gado bovino. A

legitimidade desse tipo de arranjo está na própria junção das noções de família e produção, ou seja, na idéia de uma família produtiva, na qual os princípios familiares são organizadores da produção, e não o contrário.

A centralidade da figura masculina na família estende-se de modo “natural” para a esfera da produção, ficando em suas mãos o poder de decidir e organizar o trabalho, bem como o de fazer a ligação entre a unidade familiar e o ambiente externo, pela comercialização dos produtos e pela aquisição no mercado de bens não produzidos pela família. É o homem, portanto, a figura pública representativa do grupo familiar que trabalha e, sendo chefe da família, é também chefe dos/as trabalhadores/as e detentor dos recursos monetários auferidos com a produção, sobre cujo uso e cuja distribuição ele também tem o poder de decidir.

Podemos afirmar que o trabalho é o que organiza a vida social nesses estabelecimentos, e o espaço de trabalho envolve simultaneamente a casa, o seu entorno e as áreas de cultivo ou criação propriamente ditas, que, às vezes, são contínuas ao terreno do domicílio. Isso significa que o trabalho doméstico desenvolve-se de maneira coextensiva às demais atividades. É possível dizer que, no conjunto, existe uma certa articulação entre as diferentes atividades, entretanto o *continuum* de espaço de trabalho é realidade para as mulheres, uma vez que são elas que realizam as tarefas domésticas. O mesmo ocorre em relação ao tempo. Dada essa sobrecarga de trabalho, as mulheres realizam uma jornada contínua, praticamente ininterrupta, com atividades que variam entre as de manutenção da família e beneficiamento de produtos para comercialização, feitas no interior ou entorno das residências, e aquelas ligadas diretamente à roça ou à criação de animais. Para os homens, diferentemente, é possível delimitar espaços e tempos distintos de trabalho, descanso e lazer, o que confere à atividade produtiva uma esfera específica de execução.

É possível afirmar a existência de atividades mais e menos importantes na agricultura familiar: as primeiras — roça, pecuária bovina e pomar — sendo de responsabilidade masculina, e as demais — trabalho doméstico, artesanato, horta e criação de galinhas



—, de responsabilidade feminina. Entre os dois extremos, estariam as atividades “medianas” — extrativismo, beneficiamento, criação de suínos e caprinos —, cujas responsabilidades seriam distribuídas mais eqüitativamente entre homens e mulheres, estando, porém, a comercialização nas mãos dos homens. O critério de “importância”, baseado na idéia de valor comercial, é o que orienta a distribuição de responsabilidades e atribuições entre homens e mulheres, cujas conseqüências mais visíveis são a sobrecarga de trabalho das mulheres e o maior poder masculino em todas as esferas da vida nos estabelecimentos de agricultura familiar.

Um olhar sobre o conjunto das atividades e sobre o modo como a execução e responsabilidade pelas decisões são distribuídas entre as pessoas do sexo masculino e feminino nos leva a confirmar que um elemento central da divisão sexual do trabalho é a atividade doméstica, uma vez que o trabalho doméstico realizado para a manutenção da família, seja no interior das residências ou no espaço domiciliar estendido, é feito quase que exclusivamente por mulheres.

Mas no âmbito do trabalho produtivo também se expressa a divisão sexual do trabalho. Na agricultura familiar, há uma distribuição quantitativa equânime de atividades produtivas para os homens e as mulheres, entretanto há uma expressiva desigualdade de valor do trabalho entre os sexos, o que colabora para reduzir as possibilidades de autonomia para as mulheres. Na comercialização dos produtos da agricultura familiar, a desigualdade entre os sexos se expressa no desenvolvimento da atividade e na tomada de decisão. A comercialização realizada apenas pelos homens ao mesmo tempo mostra e reafirma o pouco acesso das mulheres ao mundo público no qual se realiza o comércio e, associada à ausência de título da propriedade e ao reduzido apoio de créditos para financiamento da produção, contribui para o confinamento das mulheres ao espaço privado, visto, como nos ensina Hannah Arendt, uma filósofa alemã, como o espaço da privação.

Não basta ter a consciência dos direitos para exercê-los; é necessário que existam condições estruturais que possibilitem esse exercício, o que não é o caso das trabalhadoras rurais, submetidas a uma jornada de trabalho que se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo da vida.

A conquista de direitos pelas mulheres implica transformações que não alteram só as relações diretas entre homens e mulheres, mas também as estruturas sociais e, portanto, a organização da vida social. A vivência desses direitos como parte da vida cotidiana implica transformações sociais de ordem material e simbólica, pois essa vivência exige condições objetivas e subjetivas, construção de valores e acesso à

riqueza material. Não basta ter a consciência dos direitos para exercê-los; é necessário que existam condições estruturais que possibilitem esse exercício, o que não é o caso das trabalhadoras rurais, submetidas a uma jornada de trabalho que se impõe quase como uma totalidade sobre o tempo da vida.





Planejar o trabalho e compartilhar o poder

José Aldo dos Santos

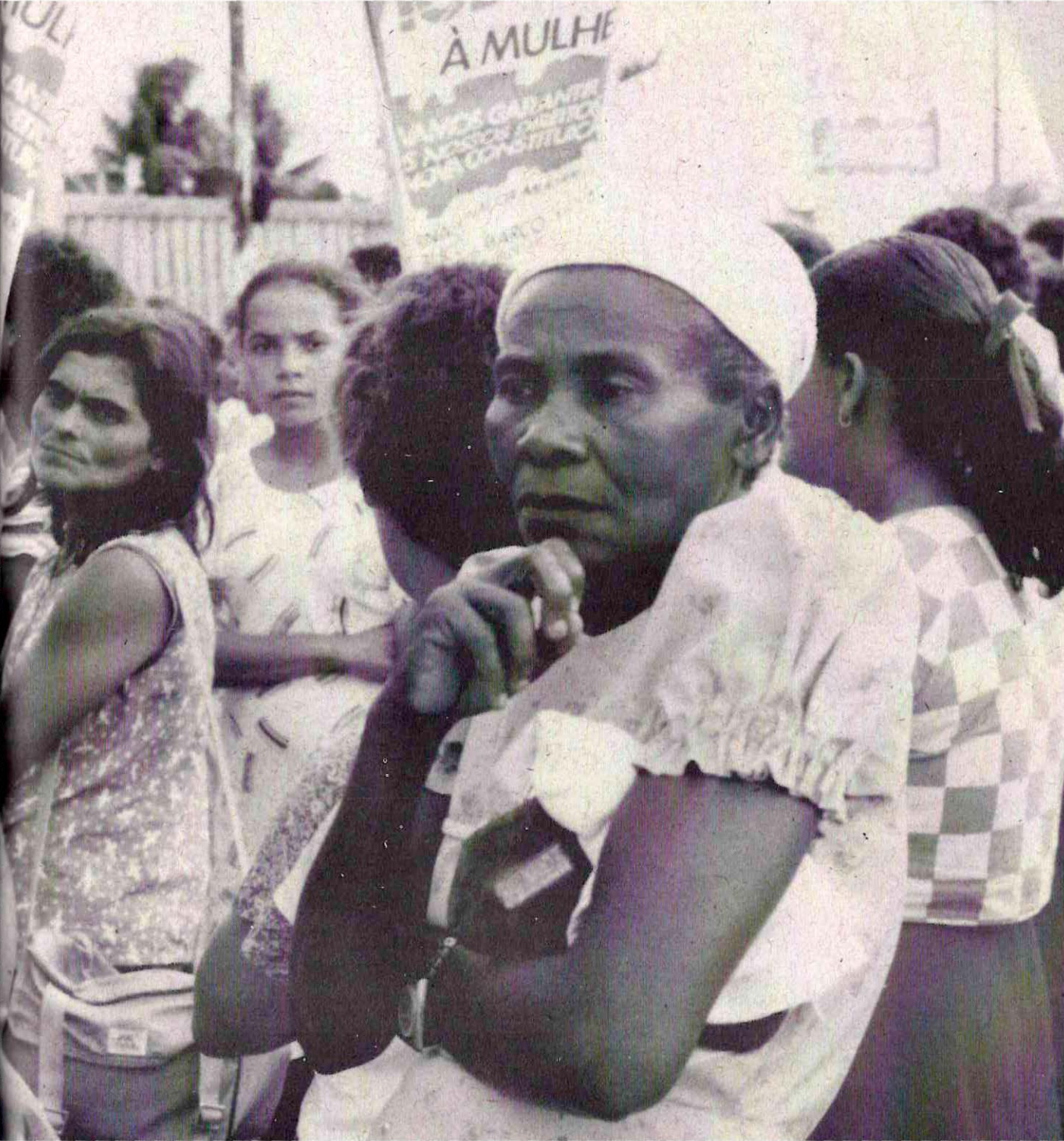
O livro *Mulher e Trabalho na Agricultura Familiar*, resultado da pesquisa feita em conjunto pelo SOS CORPO e MMTR-NE, preenche uma lacuna importante ao refletir sobre o trabalho das mulheres na agricultura e os problemas de ordem econômica, social e afetiva a que elas estão submetidas. Ele oferece uma contribuição para re-significar o papel de mulheres e homens na agricultura familiar por ter buscado traçar uma visão panorâmica sobre os problemas e os sujeitos que atuam neste campo, abordando desde os acordos comerciais internacionais às políticas públicas, passando pelas conquistas e pela participação das mulheres nos movimentos sociais. Ao trazer este quadro geral, esta pesquisa pode alimentar o trabalho social feito por inúmeras organizações que se dedicam ao plano local.

O foco da pesquisa é a divisão do trabalho entre homens e mulheres, mas para contextualizá-la foi necessário fazer uma abordagem geral sobre o espaço rural e a agricultura familiar, como elementos importantes do projeto de desenvolvimento do país. Nesta abordagem, algumas questões não puderam ser suficientemente tratadas como, por exemplo, o questionamento que diversas organizações e estudiosos têm feito

à metodologia utilizada pelo IBGE na classificação do que é urbano e rural e uma de suas conclusões: a da redução do tamanho do rural no Brasil. Esta afirmação se baseia, entre outras coisas, na idéia de que qualquer povoado ou distrito que tenha iluminação, calçamento das ruas e alguns equipamentos sociais pode ser classificado como urbano. Isso, na prática, mascara a relação urbano-rural e pode significar redução de políticas públicas para o rural. Por outro lado, existem muitos elementos de ruralidade nas cidades médias que também não são considerados.

A pesquisa mostra muito da realidade da agricultura familiar no nordeste e, se pudéssemos compará-la com a realidade do sul do país, iríamos ver como as desigualdades regionais são um elemento-chave para pensarmos a agricultura familiar. Na situação nordestina, não cabe a classificação baseada em grau de consolidação dos estabelecimentos agrícolas, uma vez que os parâmetros de análise são outros. Ademais, também seria necessário discutirmos o significado da consolidação de unidade de produção agrícola pensando a partir de critérios ambientais.

O movimento de agroecologia no Brasil e na América Latina tem apontado alguns referenciais para repensarmos a produção no âmbito da agricultura familiar. No sul do país, isso já tem sido incorporado às ações do Estado através da extensão rural, mas no nordeste a agroecologia se efetiva apenas através das ações da sociedade civil, o que torna difícil a consolidação de seus princípios como política pública. Por outro lado, desenvolvem-se experiências significativas que têm contribuído para gerar novos referenciais para o trabalho de agricultura familiar. Estes referenciais têm transformado a idéia de extensão rural em “construção coletiva de conhecimento”, na qual se insere o entendimento da produção agrícola a partir da noção de vários subsistemas que se retroalimentam na unidade produtiva; gera-se novos critérios de melhoria tecnológica; valoriza-se o protagonismo de agricultores e agricultoras e busca-se articular o conhecimento a partir da imbricação entre ensino, pesquisa e extensão com base em experiências agroecológicas.



A visão crítica da pesquisa sobre a noção de agricultura familiar é importante. Mostra que a visão dos homens sobre o trabalho necessário para a reprodução da família é centrado numa lógica conservadora, que ainda vê o trabalho doméstico como, por obrigação, trabalho de mulher, e não coloca claramente reflexões sobre autonomia e liberdade. Esta forma de pensar dificulta as mudanças nas relações de gênero. O mesmo ocorre na agricultura. O pensamento predominante entre agricultores e agricultoras é ainda baseado nas idéias da revolução verde, do uso de agrotóxicos, da monocultura, do aproveitamento desordenado dos recursos naturais. Isso faz com que os princípios de uma produção baseada na agroecologia ainda tenham dificuldade de serem construídos por homens e mulheres.

Na abordagem agroecológica, a cultura é um elemento importante. Como vivemos numa cultura paternalista, assistencialista e machista, com forte expressão em algumas manifestações artísticas populares, ao trabalharmos com agroecologia um aspecto fundamental da ação educativa é a cultura. Neste meio, nos defrontamos com inúmeras simbologias que reafirmam tradições de forte cunho conservador tanto nas relações com a natureza como nas relações de gênero. Nesse sentido, ao resgatar a cultura popular temos que enfrentar os desafios de sua reconstrução.

Nas propriedades onde existe o processo de planejamento efetivo da produção temos visto que há também processos de divisão do trabalho, da renda e, inclusive, do lazer, diferenciados.

Na agricultura familiar agroecológica há sinais de novas relações de gênero, mas esta pesquisa ajudou a perceber como as mulheres ainda não são, totalmente, sujeitos neste processo. A sobrecarga de trabalho das mulheres na agricultura familiar é muito grande, mesmo nas iniciativas agroecológicas. Muitas vezes,

o beneficiamento de produtos para comercialização é visto como uma extensão do trabalho doméstico e, portanto, sob responsabilidade exclusiva das mulheres.

No Centro Sabiá, o foco do trabalho são os sistemas agroflorestais, baseados na biodiversidade, e a metodologia pressupõe como princípio impulsor o planejamento coletivo da produção e comercialização com todos os membros da família. Isso tem ajudado a colocar em questão as estruturas de poder no interior das famílias, mas não parece ainda ser suficiente para desconstruir concepções fortemente incrustadas sobre o lugar de homens e mulheres e o valor diferenciado do trabalho. Nas propriedades onde existe o processo de planejamento efetivo da produção temos visto que há também processos de divisão do trabalho, da renda e, inclusive, do lazer, diferenciados. Neste sentido, feminismo e agroecologia têm uma possibilidade muito grande de encontro e, nas experiências práticas, o planejamento da produção pode ser um bom instrumento para isso.

José Aldo dos Santos – Coordenador do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em Recife-PE, e membro da Coordenação Executiva da ASA – Articulação do Semi-Árido.

Coordenação de produção Márcia Larangeira
Produção executiva Fátima Ferreira
Capa, projeto gráfico e editoração Carlos Pellegrino

Apoio

n(o)vib
OXFAM NETHERLANDS

Feed
Cooperation
Empowerment



Este trabalho foi desenvolvido com o apoio da Comissão Europeia. Os pontos de vista expressos são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição oficial da Comissão.

SS86m SILVA, Carmen. Nosso Trabalho tem valor!: Mulher e Agricultura Familiar/Carmen Silva; Maria Betania Ávila; Verônica Ferreira – Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia/ Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste, ago. 2005.

102p. ; 21cm

1 Mulher e Trabalho 2. Agricultura Familiar I. AVILA, Maria Betania II. FERREIRA, Verônica III. Título

Ficha catalográfica elaborada na Biblioteca do Centro de Documentação do
SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia

Todos os direitos reservados ao

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia
Rua Real da Torre, 593 – Madalena – Recife PE
Tel 81 – 3087.2086 / Fax 81 – 3445.1905
e.mail sos@soscorpo.org.br
www.soscorpo.org.br

Créditos das fotos

Angela Freitas (pág. 46)

Arquivo Centro Sabiá (pág.43)

Arquivo SOS CORPO (págs. 6, 49, 58, 61,
75, 77, 91, 97)

Laudenice Oliveira/
Arq. Centro Sabiá (pág. 40)

Cláudia Rangel (págs. 14,15,16, 18, 19b, 102)

Marcia Larangeira (págs. 52, 55, 88)

Sara Rufino / Arq. Centro Sabiá (pág. 93)

Vanete Almeida (págs. 11, 12, 17, 19a, 20, 24,
25, 26, 33, 36, 51, 64, 73)

Reproduções

Págs 23 e 94. Retiradas do livro "Memória
1982-2002", organizado por Vanete
Almeida. MMTR – Sertão Central-PE

Pág. 68: Foto de Mônica Câmara publicada
originalmente no livro "Mulher, pobreza e
teimosia". Editado por Cunhã Coletivo
Feminista e Centro da Mulher 8 de Março

A autoria de algumas fotos de nosso
arquivo institucional é por nós
desconhecida, caso reconheça alguma
foto feita por você ou por outra pessoa,
por favor, entre em contato para
podermos creditá-las em uma futura
re-edição do livro.



A presente edição, com tiragem de 1000 exemplares, foi composta em caracteres Berkeley Book, corpo 11,5/17,2 e impressa pela Provisual Divisão Gráfica, para SOS CORPO Instituto Feminista para a Democracia, em sistema offset, papel Reciclato 75g (miolo) e Reciclato 240g (capa). 1ª reimpressão, em abril de 2006.



SOS CORPO

Instituto Feminista para a Democracia

apoio

n(o)vib
OXFAM NETHERLANDS

+eed
Evangelischer
Entwicklungsdienst



CCE